



ACTA N.º 02/2006

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 27 DE ABRIL DE 2006

Aos vinte e sete dias do mês de Abril, de dois mil e seis, na sede da Junta de Freguesia de Santa Eufémia, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria. Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram os seguintes Deputados: António Carlos Ferreira Passadouro Presidente da Junta de Freguesia de Bidoeira, que se fez representar pelo Tesoureiro da Junta senhor Jorge Manuel Vieira Crespo, José Manuel da Cunha Presidente da Junta de Freguesia da Barreira, que se fez representar pelo Tesoureiro da Junta senhor Manuel Cordeiro Pereira, Lino Dias Pereira Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra que se fez substituir pelo Tesoureiro da Junta senhor Joaquim Pinheiro, Maria Espadinha Azinheira Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo que se fez substituir pela Tesoureira da Junta, Isabel Pinto e José Carlos Matias Filipe Presidente da Junta de Freguesia de Parceiros, José Manuel Silva, Carlos Luso, Ana Elisa Santos, Felisberto Gonçalves, Maria Isabel Gonçalves, Leonel Costa, Olegário Angélico e Paulo Reis, fizeram-se substituir nos termos do n.º 1 do artigo 30º do Regimento, pelos cidadãos imediatamente a seguir na lista de candidatura, respectivamente por: Nuno Santo, Artur Cordeiro, Manuel Batista, José Soares, João Silva e Firmino Fonseca.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: a senhora Presidente, Isabel Damasceno Campos e os senhores Vereadores: Célia Arneiro, Vítor Lourenço, Isabel Gonçalves, Fernando Carvalho, Neusa Magalhães, e Carlos Martins. Os senhores Vereadores António Ferreira e Lucinda Caleira não compareceram à sessão.



A sessão foi presidida pelo senhor Manuel de Jesus Antunes, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelas senhoras Deputadas: Ana Cristina Branco e Laura Esperança, , respectivamente 1ª e 2ª secretárias da Mesa.

Havendo “quórum”, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão, eram 21.00 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**

1. **PROPOSTA DE ALTERAÇÕES AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA –** Apreciação, discussão e votação;
2. **FIXAÇÃO DO LOCAL, DATA E HORA, PARA REALIZAÇÃO DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA –** Apreciação discussão e votação;
3. **APRECIACÃO DO RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;**
4. **APRESENTAÇÃO DO PROJECTO DO ROSSIO DE LEIRIA – SOCIEDADE LEIRIAPOLIS –** Apreciação;
5. **PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA, A SOCIEDADE “LEIRIA POLIS, SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA POLIS EM LEIRIA, AS”, SOCIEDADE “MARTINS E GAMEIRO, LDA” E MANUEL OLIVEIRA E SILVA E ALZIRA DA COSTA E SILVA –** Apreciação, discussão e votação;
6. **REGULAMENTO DO MERCADO DE VENDA POR GROSSO DO FALCÃO E REGULAMENTO DA ACTIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO EXERCIDA DE FORMA NÃO SEDENTÁRIA (MERCADOS DE LEVANTE) – SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DA APLICAÇÃO DO ACRÉSCIMO DE 50% -** Apreciação, discussão e votação;
7. **PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA –** Apreciação, discussão e votação;
8. **CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA – PROPOSTA DE ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO –** Apreciação, discussão e votação;
9. **ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS FREGUESIAS NO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO -** Apreciação e votação;





ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito boa noite a todos!

Começo por saudar as senhoras secretárias da Mesa, o senhor Deputado Paulo Reis não pode estar hoje presente e nesse sentido, é substituído pelo 2º secretário, a senhora Deputada Cristina Branco, que por sua vez é substituída pela senhora Deputada Laura Esperança, de acordo com indicação dada pelas respectivas bancadas.

Saúdo os senhores Deputados, os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, a senhora Presidente da Câmara Municipal de Leiria e os senhores Vereadores, e permitam-me que saúde de uma maneira especial, o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Eufémia, senhor Adelino Rodrigues Gaspar.

Penso que neste momento estamos de certo modo a fazer história. Tanto quanto sei, é a primeira vez que uma sessão ordinária da Assembleia Municipal se realiza numa sede de outra freguesia que não a freguesia de Leiria, onde habitualmente reúne.

Como é bem conhecido, foi promessa eleitoral, depois reforçada durante a cerimónia de tomada de posse, e obviamente com a concordância senão sempre expressa, pelo menos tácita dos senhores Deputados, e especialmente dos vários grupos que constituem este órgão.

Nós queremos que, a nossa presença nas freguesias não urbanas, constitua um sinal de que a Assembleia Municipal e julgo poder afirmá-lo, também o executivo municipal, estão atentos a todos os problemas do Município e não apenas aos da sua capital. Como disse anteriormente, noutras ocasiões, o Município será tão grande quanto o forem as suas freguesias. Não houve tempo desta vez e peço desculpa aos senhores Deputados, por esta distribuição um pouco errática, nem sempre podemos reunir as condições ideais das Assembleias que forem realizadas no local que escolhermos, para ser o local base para a realização das mesmas, mas esse cuidado vai ser exercido, no sentido de que haja lugares bem definidos para os diferentes grupos, mas aqui não se pôde fazer. E também gostaria de ter feito uma coisa que não se pode fazer agora, um desafio, numa próxima sessão com estas características, gostaria que a oportunidade fosse aproveitada, aos senhores Deputados e outros Presidentes de Junta, e se assim o entenderem também à senhora Presidente da Câmara e aos senhores Vereadores, desafio para numa hora



ou hora e meia, antes da realização da Assembleia, tomarmos conhecimento dos pontos de interesse da freguesia onde estivermos reunidos, que sejam definidos pela própria Junta de Freguesia. Acho que isso adicionava algum valor a este tipo de actividade.

Não podemos obviamente ir a todas as outras 28 freguesias, isto porque, na de Leiria estamos sempre. Mas procuraremos escolher aquelas que forem mais representativas e certamente mais numerosas. Espero que as populações do Município, vejam nesta atitude dos senhores Deputados, o reconhecimento pelo contributo para o desenvolvimento do Município e que, constitua suficiente encorajamento para a participação não só nos trabalhos da Assembleia, mas como das próprias Assembleias de Freguesia, porque todos não somos demais para melhorar o nosso Município.

Dito isto, também alterando um pouco o protocolo, porque estamos pela primeira vez nestas condições, vou dar a palavra, antes de entrarmos no período de "Antes da Ordem do Dia", ao senhor Adelino Gaspar, Presidente da Junta desta Freguesia.

ADELINO GASPAR (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Eufémia)

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal de Leiria, Excelentíssimos Senhores Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, Deputados Municipais, minhas Senhoras e meus Senhores, Comunicação Social!

É uma grande honra para a Freguesia de Santa Eufémia, a vossa presença neste espaço. Considero a realização desta Assembleia Municipal, como uma forma de reconhecimento do trabalho que ao longo dos anos tem sido levado a cabo, por todas as Juntas de Freguesia do Município de Leiria, sendo este facto inédito, até agora no nosso Município.

Com o trabalho de todos, foi possível ter nesta Freguesia, e em muitas mais, edifícios com condições para realizar esta e outras reuniões, onde se discute e se decide as melhorias a realizar em todo o Município de Leiria. Estou sem dúvida contente, por ter sido a Freguesia de Santa Eufémia, a escolhida para a realização de uma Assembleia Municipal, mas penso que deve ser também um motivo de grande satisfação para todos os Presidentes de Junta de Freguesia, que se realizem assembleias municipais nas freguesias, ou seja, mais perto dos munícipes.



A realização de assembleias municipais nas freguesias, permite que todos os elementos que constituem esta Assembleia, possam conhecer de perto a realidade de cada freguesia, relativamente às suas acessibilidades, às infra-estruturas, e permite ainda o contacto directo com aqueles que elegeram os elementos desta Assembleia e o executivo camarário.

Seriam necessários vários mandatos, para que se pudesse realizar uma Assembleia Municipal em cada freguesia, mas tal facto, não significa que não se possam realizar outro tipo de reuniões ou eventos, como já aconteceu, para que todos os elementos que constituem esta Assembleia Municipal, possam conhecer melhor as freguesias.

Fica pois, aqui, um apelo, para que os elementos da Assembleia Municipal visitem em conjunto, uma grande parte das freguesias, se não for possível visitá-las a todas nos quatros anos que constituem o mandato.

Termino, com um muito obrigado pela vossa presença em nome da Freguesia de Santa Eufémia.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Dando então início aos trabalhos, tenho em meu poder, pedidos de justificação de ausência e indicação de substituição, dos seguintes Deputados: Paulo Jorge Oliveira Pereira dos Reis, José Manuel Silva, José Carlos Matias Filipe, Olegário Pedroso Angélico, Ana Elisa da Costa Santos, Felisberto Ferreira Gonçalves, Carlos Alberto Gomes Luso, José Manuel Cunha, Maria Espadinha Azinheira, António Passadouro, Lino Pereira e Leonel Costa.

Todos os pedidos apresentados parecem-me justificáveis, pelo que, se consideram as ausências justificadas, sobretudo porque na maior parte dos casos estão representados.

No que diz respeito ao resumo da correspondência recebida, desde a última sessão até agora, de entre muitos assuntos sem interesse específico, vou apenas referir a carta que foi enviada pelo senhor Deputado Vitorino Pereira, que solicitou documentação sobre as obras do Polis no Largo Paulo VI e sobre o centro comercial na zona do estádio, a qual foi enviada à senhora Presidente da Câmara, para responder em conformidade e a resposta foi enviada ao senhor Deputado.



Do Sindicato dos Professores da Região Centro, foi enviado um estudo sobre o encerramento das escolas do 1º ciclo do ensino básico, em que se pedia que o mesmo fosse divulgado por todos os Deputados. Por razões também de dificuldade de envio de tanta correspondência e até por uma certa poupança que temos que fazer, foi distribuído um exemplar via e-mail, pelos líderes dos grupos municipais, grupos municipais que ainda não temos e que temos que organizar, de acordo com o Regimento, uma vez que esta questão nunca foi formalizada.

Da Junta de Freguesia da Maceira foi recebido um manifesto sobre o encerramento do GTR da Maceira. Resumidamente, foi esta a correspondência recebida. No entanto, quem desejar consultar a mesma, poderá fazê-lo junto dos serviços de apoio à Assembleia Municipal.

Recebi ainda uma carta, do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvide, ao qual pedia, se estiver presente, que lesse a referida carta, porque me parece mais pertinente que assim seja. Tenho também aqui uma carta do cidadão senhor Júlio Silva Alves, que tece algumas considerações sobre o papel da Assembleia Municipal, mas essencialmente fala de problemas que têm que ver com o local onde vive e que vou remeter à senhora Presidente da Câmara, para que possa se assim o entender, responder ao cidadão.

Faça favor senhor Deputado.

DANIEL CASALEIRO (Presidente da Junta de Freguesia de Carvide)

Boa noite a todos.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhoras Secretárias, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas Deputados, Comunicação Social, a todos saúdo .

Eu dirigi uma carta ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, sobre a última sessão, datada de 17 de Fevereiro, a qual vou passar a ler:

“ Daniel Pereira Casaleiro, Presidente da Junta de Freguesia, vem por este meio solicitar a V.Ex.a a divulgação desta carta na próxima Assembleia Municipal.

O problema é o seguinte:

Na passada sessão de 17 de Fevereiro constatei que durante masi de uma hora se falou de tudo menos do que era importante para Leiria e o seu Concelho. Os senhores Deputados Municipais confundem a Assembleia Municipal com a Assembleia da República. Ora isso não pode ser, deixem-se de “tricas”. Se querem fazer política façam-na em sede de partido ou na comunicação social, não nesta Assembleia.



Eu, e penso que todos os meus colegas Presidentes de Junta, estamos aqui para resolver os problemas do nosso Concelho e das nossas Freguesias.

Por causa do tempo perdido com as tricas políticas, não aprofundamos muitas vezes problemas essenciais para o nosso Concelho e para as nossas Freguesias. Vamos pois, todos juntos, deixar as acusações mútuas em casa e vamos discutir aqui o futuro do nosso Concelho onde há muito que fazer.

Termino citando aquela velhinha frase, mas que está sempre actualizada:

“Não há nada mais prejudicial a quem trabalha do que a presença daqueles que nada fazem”.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Finalmente e no que diz respeito ao capítulo de correspondência, foi recebida uma carta do senhor Dr. Paulo Rabaça Saraiva, com uma extensa documentação, a qual pretendia que fosse distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal. Naturalmente que, quem estiver interessado, poderá obtê-la, mas eu pedi à Divisão Jurídica da Câmara Municipal um parecer, na medida em que, se cada cidadão de Leiria quiser enviar uma pilha de documentos, pedir para os fotocopiar e enviar para cinquenta e nove pessoas, obviamente que isso se torna um pouco difícil. A Chefe da Divisão Jurídica, Dr.^a Teresa Monteiro, refere no seu parecer o seguinte:

“Analisada a Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada, que estabelece o quadro de competências dos órgãos do Município, bem como, o regime jurídico de funcionamento dos mesmos, e as normas do Regimento da Assembleia Municipal de Leiria, aprovado em sessão ordinária de 28 de Fevereiro de 2002, actualmente em vigor, somos levados a concluir que a presente modalidade de exercício do direito de participação dos cidadãos eleitores, não se encontra prevista nestes diplomas. Por conseguinte, deverá o pedido formulado pelo munícipe de Leiria, Dr. Paulo Jorge Rabaça Saraiva, ser indeferido pela Mesa da Assembleia Municipal. Em alternativa, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea b), do n.º 1, do Regimento em vigor, dispõe a Mesa da possibilidade de proceder à integração da eventual lacuna existente para o que, em nosso entender, deverá notificar o requerente para melhor fundamentar de facto e de direito, o seu pedido.”

Este parecer é datado de hoje, portanto não tive oportunidade de o distribuir a todos os senhores Deputados. A carta e os documentos enviados pelo senhor Dr. Paulo



Rabaça, estarão à disposição, nos serviços de apoio. Quem os quiser consultar, é livre de o fazer, mas tendo em conta a informação que recebi, naturalmente que vamos indeferir o pedido deste cidadão leiriense, dizendo-lhe contudo, que ele é livre de numa próxima Assembleia, no período de intervenção do público, levantar o problema, naturalmente com certas limitações de tempo. Isto é uma informação de correspondência recebida, não tinha a intenção de a pôr à discussão, uma vez que esta carta foi dirigida a mim.

Eu não conheço o Dr. Paulo Rabaça, sei que ele já foi Vereador, trata-se de documentação muito extensa, mas se o senhor Deputado Augusto Esteves quiser intervir sobre este assunto, no período de "Antes da Ordem do Dia", poderá fazê-lo depois da leitura da acta.

Vamos então pôr à discussão, não à leitura, uma vez que foi previamente distribuída, a acta da sessão ordinária realizada no dia 27 de Fevereiro de 2006.

Peço aos senhores Deputados que eventualmente tenham necessidade de fazer pequenas correcções de ordem ortográfica, de sintaxe, que não alterem o sentido das respectivas intervenções, que as façam chegar à Mesa ou à D. Teresa, para serem introduzidas.

Alguém pretende usar da palavra sobre o conteúdo da acta?

Não havendo, vou colocar à votação a acta da sessão ordinária de 27 de Fevereiro de 2006.

Quem vota contra?

Quem se abstém? Quatro abstenções.

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera aprovar por maioria, com quatro abstenções, a acta da sessão ordinária de 27 de Fevereiro de 2006.

De seguida abrimos as inscrições para a discussão e apresentação de quaisquer problemas que os senhores Deputados e os senhores Presidentes da Junta de Freguesia queiram introduzir e que não estejam incluídos na ordem do dia.

Tem a palavra o senhor Deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PPD/PSD)

Boa noite a todos.



Cumprimento a Mesa, em especial o senhor Presidente, o elenco camarário, os senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta, uma saudação em especial ao senhor Presidente de Junta de Santa Eufémia, Comunicação Social presente, cidadãos deste Concelho.

Em primeiro lugar, cumpre-me também aqui hoje e porque é a primeira Assembleia Municipal depois da data, assinalar o 25 de Abril e o respectivo aniversário que se comemorou na passada terça-feira.

Tratou-se de assinalar uma data de uma conquista fundamental para o Portugal de hoje, recuperámos uma liberdade perdida, e essa liberdade permitiu-nos abrir um novo ciclo de desenvolvimento, um novo ciclo de um País virado para o futuro e para a modernidade. O país passou a poder erguer uma bandeira de liberdade de pensar, de agir, de fazer e isso, obviamente, é uma conquista que devemos assinalar.

Mas a liberdade, sendo ela hoje garantida pelo texto constitucional em vigor e aprovada pela constituição de Abril de 1976, é hoje um bem que urge preservar e defender e usufruir o melhor possível. Naturalmente também que, hoje, se colocam questões à liberdade, nomeadamente à forma como ela se pode exercer. Isso leva-nos à questão da segurança dos cidadãos, para usufruírem da sua liberdade.

Quero trazer-vos aqui hoje, algumas preocupações que sinto relativamente à segurança dos cidadãos, à segurança do património, porque no nosso concelho há alguns sinais que poderemos classificar de perturbadores.

Penso que esta minha preocupação é aliás, partilhada por outras pessoas. O senhor Governador Civil, na sessão de Abril, teve oportunidade no seu discurso, de sublinhar exactamente a sua preocupação pela ausência de segurança que se vai sentindo no nosso concelho e também em alguns pontos do nosso distrito. E portanto, penso que neste momento, há algumas questões que merecem alguma reflexão, para que possamos viver a liberdade em segurança.

Queria só dar aqui alguns sinais como nota de reflexão, relativamente a esta matéria, e vou digamos, ser muito terra a terra nesta matéria.

Um cidadão que passe, por exemplo, junto ao antigo Paço Episcopal, depois Departamento de Recrutamento e Mobilização, vê já neste momento, os vidros partidos. Trata-se de um património do Estado, que existe, que está ali e que naturalmente deve ter um responsável. Alguém é responsável por aquele edifício. Os



vidros estão partidos, está ao abandono, dentro de muito pouco tempo não sabemos o que se irá seguir. O Convento dos Capuchos, também património do Estado, continua completamente ao abandono. Isto são dois exemplos da situação. Há dias, no prédio onde está instalado curiosamente um prédio de habitação, o Centro de Atendimento a Toxicodependentes, verificou-se um princípio de incêndio porque alguns indivíduos toxicodependentes, refugiaram-se nas águas furtadas e resolveram fazer fogo em garrações de plástico. Há neste momento alguns sinais que nos preocupam.

Ainda há pouco tempo a imprensa, deu notícia de um cidadão que tinha sido assaltado, ali na ponte do EURO 2004. Recentemente também, uma agência bancária estrangeira foi assaltada. Isto são sinais que nos preocupam, porque verificamos que as autoridades nesta matéria, demonstram alguma apatia ou demonstram falta de meios. E o apelo que aqui faço, é que rapidamente, quem tem responsabilidades na política de segurança, olhe para o Concelho de Leiria de uma outra forma, para que se possa perceber que o cidadão pode ter confiança e pode ter o exercício da sua liberdade numa forma plena. E tanto mais que, isto me preocupa quando aqui nos vai ser apresentado, mais uma parte relativa ao programa Polis. Há investimentos do programa Polis que estão a ser feitos nesta cidade, nomeadamente uma faixa peatonal bastante significativa e que se não for devidamente vigiada e acompanhada, pode tornar-se um espaço onde a marginalidade, a intranquilidade e a insegurança podem proliferar. Como exemplo disso, vejam o caso da Marinha Grande, onde no parque que foi objecto de uma grande intervenção do Polis, neste momento já se verificam novamente situações de insegurança. Ou seja, quando há um abandono do território, quando não há quem assegure o exercício das liberdades públicas, normalmente a marginalidade apodera-se destes aspectos.

Era portanto este apelo digamos, às autoridades públicas, para que comecem a investir na segurança. Não basta vir o senhor Governador Civil dar conta da sua preocupação sobre a matéria. Ele também, enquanto co-responsável nesta matéria, deve transmitir ao Governo a preocupação que vai junto dos nossos cidadãos, quer nas zonas urbanas quer nas zonas rurais, porque ainda muito recentemente, numa freguesia, foi detido um indivíduo com uma quantidade significativa de estupefacientes e portanto, temos que ter a noção de que algo se está a passar e que merece a nossa atenção. Muito obrigado.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhor Deputado.

Senhor Deputado Carlos Poço, obviamente que vou a alterar a ordem de inscrição para o uso da palavra, conforme prevê o Regimento, pela razão que invocou e que todos verão que se justifica. Pode usar da palavra.

DEPUTADO CARLOS POÇO (PPD/PSD)

Boa noite.

Carlos Poço, do PSD.

Senhor Presidente, Excelentíssima Mesa, Senhora Presidente da Câmara e respectiva Vereação, Senhores Deputados Municipais.

Vou ser muito breve.

Em primeiro lugar, para me congratular pelo facto de estarmos hoje aqui reunidos numa freguesia rural, a realizar uma sessão desta Assembleia Municipal. É uma Junta de Freguesia, pelas quais todos nós temos muito respeito, quer pelo trabalho das Juntas, quer pelos seus Presidentes, quer pelos autarcas locais. E nesse sentido, queria apresentar à Assembleia Municipal, um voto de pesar, por aquilo que aconteceu a semana passada em Lisboa, com o Presidente da Junta de Freguesia da Pena. Nosso companheiro de partido, do Partido Social Democrata, Armando Luís Coelho da Silva foi barbaramente espancado, no exercício das suas funções de autarca. Foi eleito democraticamente, exercia o cargo no momento em que foi espancado e veio a falecer. Será amanhã o seu funeral e é uma situação muito confrangedora, pelo que, pedia à Assembleia Municipal, na figura do senhor Presidente, que submetesse à aprovação e se se aprovasse esse voto de pesar e se respeitasse um minuto de silêncio por este facto.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Eu coloco então à votação dos senhores Deputados, este voto de pesar.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade manifestar um voto de profundo pesar, pelo falecimento do senhor Armando Luís Coelho da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Pena.



De seguida proponho que se cumpra 1 minuto de silêncio.

- 1 minuto de silêncio-

Seguidamente vou dar a palavra ao senhor Deputado António Sequeira. Faça favor!

DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

Boa noite.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, minhas Senhoras e meus Senhores.

Uma saudação especial também para o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Eufémia, meu velho amigo, tenho muito gosto em estar na sua casa e conforme disse o senhor Presidente da Mesa, estaremos hoje aqui efectivamente a fazer história. Só que, o assunto que me traz aqui, julgo que também ele será histórico, e esse por um sentido menos nobre do que a nossa presença aqui.

A lei obriga a que hajam cinco sessões ordinárias da Assembleia Municipal. Sendo que, duas delas, a segunda e a quinta, tenham na sua ordem do dia, temas específicos. E esta, como é a segunda, devia efectivamente ter a apresentação e a discussão das contas da Câmara Municipal. O que não acontece.

Eu pertenci às três primeiras Assembleias Municipais, fui Vereador durante oito anos, há realmente aqui um hiato, em que não estive ligado a estas actividades, mas penso isto que nunca terá acontecido. A senhora Presidente diz que sim, eu acredito, mas naquelas a que eu me refiro, nunca terá acontecido que na segunda Assembleia, não se tenha discutido as contas.

E este facto parece-nos a nós, representantes do Partido Socialista, que é algo de grave e que efectivamente nos preocupa. Não só por não haver contas para serem discutidas, como por não ter havido da parte da Câmara, nomeadamente da pessoa da senhora Presidente, uma justificação. Pelo menos aos líderes de cada partido, bem como, em relação aos Vereadores, também não terá havido grande informação, a não ser a pedido deles, sobre o assunto.

Conforme já devem ter dado conta, no nosso partido e se calhar também nos outros, as reuniões não começam a ser preparadas no dia da reunião. E num caso como este, em que até há assuntos obrigatórios para serem discutidos nessas sessões que



referi, começamos a preparar com uma antecedência superior ao recebimento da ordem de trabalhos. Aliás, eu muito antes de receber a ordem de trabalhos, solicitei ao gabinete de apoio que me informasse como poderia obter uma série de documentos, no sentido de se começar a preparar este assunto.

Muito estranhei, quando recebi a ordem de trabalhos, que não constassem essas mesmas contas. Convenci-me até que, eventualmente as contas tivessem mudado de denominação, porque vem lá um assunto relativo à apreciação da situação financeira da Câmara, e por isso julguei que se chamassem assim. E estou a dizer isto sem qualquer ironia, para mim era impensável que não houvessem contas ou pelo menos uma informação prévia da Câmara, a justificar este facto.

Precisamos por isso, que a senhora Presidente nos dê uma explicação cabal. Não acredito que sejam problemas por falta de pessoal, a Câmara nunca teve pessoal tão qualificado em termos académicos como tem hoje, não devem ser problemas de equipamento, porque a Câmara nunca esteve tão bem equipada em termos informáticos e isso vê-se pelas contas, não há avaria de hardware que hoje em dia não se resolve de um momento para o outro, não há *software house* que não resolva o problema em tempo útil, penso que o pessoal da Câmara não é negligente, não é incompetente e portanto, sinceramente, numa altura como esta, cria-nos de facto uma grande perplexidade, não ser possível a Câmara no fim de Abril, não ter contas para apresentar. Penso que as Câmaras só se dignificam, quando neste aspecto e noutros, comecem a proceder como outras empresas cotadas na Bolsa, ou outras, como por exemplo as empresas bancárias. Mal de uma empresa bancária, que no dia 31 de Março, não tenha as suas contas no Banco de Portugal. Tem que ter. E tem dezenas de delegações, algumas espalhadas pelo mundo inteiro e o plano de contas não é nem mais nem menos complicado, com toda a certeza, do que o autárquico. Penso aliás que, a própria razão de haver temas obrigatórios nessas duas reuniões, que serão precisamente os dois documentos mais importantes, quase que diria sagrados, ou a razão de existência deste órgão, será a discussão do plano e do orçamento e a aprovação das contas de cada exercício.

Portanto, aquilo que pedia à senhora Presidente, era que nos desse uma explicação cabal, em relação àquilo que aconteceu. Não me vai concertar a dizer que houve uma avaria informática e que nos ficamos só por aí. O que não acredito que tenha sido e em casos semelhantes, julgo que os partidos mereciam um aviso prévio. Muito obrigado.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado. Certamente que a senhora Presidente usará da palavra ,depois de terminado este período de intervenções, para explicar isso.

Devo dizer que o artigo 12º, sobre as sessões ordinárias, de facto diz que as segundas e quintas sessões se destinam a isso.

Tem a palavra a seguir o senhor Deputado Fernando Sousa, Presidente da Junta de Freguesia dos Milagres.

DEPUTADO FERNANDO SOUSA (Presidente da Junta de Freguesia dos Milagres)

Boa noite a todos.

Fernando e Silva Sousa, Presidente da Junta de Freguesia dos Milagres, PSD.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Leiria, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal de Leiria, Excelentíssimos Senhores Vereadores, caros colegas, minhas Senhoras e meus Senhores!

Esta é a minha primeira vez, neste mandato, que me dirijo a esta Assembleia e como devem calcular, não é por um bom motivo.

Como é do conhecimento geral, tenho na minha freguesia um problema que já se arrasta há vários anos, e estou a falar concretamente, da poluição da Ribeira dos Milagres, embora, o nome correcto, seja a Ribeira de Agodim. Há cerca de quatro anos, a população da minha freguesia, com razão, começou a mostrar a sua indignação devido ao agravamento da situação. Foram chamadas ao local as autoridades competentes e o argumento era sempre o mesmo, que não era possível identificar os infractores sem a limpeza da mesma.

Depois de algumas reuniões na Câmara Municipal e na sede da Junta, o executivo prontificou-se a fazer a limpeza. Comprometeu-se e cumpriu, o que agradeço em nome da população da minha freguesia. Mas sinceramente, não entendo. A poluição é cada vez maior, os infractores continuam por identificar, a limpeza foi feita, qual é o motivo pelo qual os infractores não são identificados?

Perante esta Assembleia, pedia o empenho de todos, porque a ribeira não passa só na minha freguesia, e perante as autoridades competentes imploro que façam cumprir a lei. Obrigado.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhor Deputado.

A seguir tem a palavra o senhor Deputado José Augusto Esteves.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (CDU)

José Augusto Esteves, PCP.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, caros membros da Assembleia Municipal, também gostaria de retribuir ao senhor Adelino Gaspar a hospitalidade e os cumprimentos e desejar também tudo de bom para esta freguesia, que as coisas corram bem. Tem aqui uma bela sala, tem um bom trabalho, certamente vai continuar assim.

Em relação à intervenção do senhor Presidente da Junta de Carvide, não poderia estar mais em desacordo. O senhor Presidente da Junta tem direito à sua opinião, mas não podia estar mais em desacordo com o conteúdo daquela carta e ainda por cima, com direito de antena, sem recorrer ao seu tempo normal antes da ordem do dia. Isto porque, não faz sentido. Não há tutores aqui, deste direito de dizer o que se entende ser o interesse de Leiria, somos e fazemos parte de um todo nacional.

O senhor Deputado Carlos Poço quando aqui levantou o problema, fê-lo porque era esse o seu entendimento. A resposta que deu o senhor Deputado José Manuel Silva, deu-a porque achou que isso era importante para o concelho de Leiria e julgo que não é admissível, que alguém tente impor certo tipo de conduta nesta Assembleia. Somos nós, eleitos, que decidimos acerca do assunto que queremos cá trazer.

Acho que não é aceitável. Eu compreendo, tem o direito a essa opinião, tal como eu tenho direito à asneira, muitas vezes certamente aqui a digo, mas naturalmente que não podemos estar mais em desacordo.

Também não posso estar de acordo que, um ex-membro da Vereação da Câmara Municipal, Presidente da Leirisport, confrontados que estamos, com a responsabilidade para apurar do facto de se ter andado quase dois anos a gastar dinheiros do Município, um milhão de euros, em que se insinua que esse responsável é o culpado da situação, ex-dirigente do Município e da própria Leirisport, nós tratemos esse homem como se fosse um estranho, como se fosse um cidadão, só porque ele não está aqui neste momento. Quando o seu bom nome está em causa. Nós não podemos aceitar este tipo de comportamento. Isto amanhã também nos



tocará a e a todos os outros que ali estão. Têm direito ao seu bom nome e à defesa. Eu digo-vos com franqueza.

Se tinha dúvidas acerca da decisão da Câmara, de inviabilizar uma comissão de inquérito para apurar das responsabilidades do gasto de duzentos milhões de contos, que bem precisos eram para muitas obras, eu vou fazer uma proposta senhor Presidente, no sentido de esta Assembleia ser confrontada, não com a decisão da Mesa nem do seu Presidente, mas com a decisão de ouvir em comissão ou em plenário, o ex-vereador Paulo Rabaça, que assumiu muitas responsabilidades em nome do Município, em momento muito complicado na Leirisport. Aliás, há Vereadores que hoje, sobre aquela matéria disseram cobras e lagartos, toda a gente se esqueceu. Não fui eu, que na última reunião fiz uma proposta para apurar responsabilidades de um plano de pormenor que desapareceu, que andei a fazer caça às bruxas, foram outros. Então, vamos dar oportunidade a essas pessoas, para que o seu bom nome seja respeitado.

E portanto, vou fazer uma proposta nesse sentido e cada um que assuma as responsabilidades. E julgo que esta Assembleia, devia apurar e devia decidir também, o apuramento das responsabilidades em relação ao acto concreto. Nós não podemos andar a gastar o dinheiro do Município e depois a culpa morrer solteira, ninguém é responsável por nada. Nem que seja a responsabilidade política, tem que ser apurada se não houver outra.

E naturalmente que, essa comissão deve ouvir quem tem que ouvir, o senhor Paulo Rabaça, outros, apurar, fazer um relatório, tirar conclusões e trazer aqui a esta Assembleia, para não deixarmos passar em claro certo tipo de situações.

Um outro problema já agora, que eu julgo que é muito importante para Leiria, que tem a ver com o programa da Restruturação da Administração Central e do Estado. Nós fomos confrontados com uma proposta do Governo, que tem no caso concreto de Leiria, um impacto desastroso. Do ponto de vista do ordenamento, toda a gente sabe que estamos divididos em duas CCR's e que a decisão de centralizar os serviços e de esvaziar serviços, num distrito que está dividido ao meio, é uma situação muito complicada. Eu penso que, por exemplo, esta Assembleia não pode ficar impávida e



serena a este esvaziar do distrito, sem encontrar ou pelo menos tentar, já que nesta matéria cada um de nós tem um conjunto de opiniões, o que torna mais difícil, encontrar um consenso em todas as matérias, que naturalmente se imporia em relação a este problema, que tentássemos encontrar uma estratégia comum, para defender Leiria em relação à perspectiva que se apresenta.

Se esta chamada regionalização técnica avançar e na recta final acabar por não se concretizar em regionalização política, é evidente, que nós ficamos numa situação altamente desfavorável. Com a regionalização política também precisamos de discutir e saber, embora numa situação mais favorável, porque participando nos órgãos, porque votando e porque elegendo os dirigentes e porque os planos de desenvolvimento regional e de ordenamento do território estão dependentes de uma Junta, podemos naturalmente intervir de outra maneira. Mas, se o processo que agora avança e que se diz que tem como objectivo criar as condições para a regionalização, aliás devo dizer, que sou a favor da regionalização, mas também não aceito, que as soluções sejam impostas às populações, ao Poder Local, sem que exista um debate prévio. E nesta matéria, toda a gente sabe, está aqui um ex-governador civil que elaborou um trabalho sobre esta matéria, de facto a administração central tem organismos caóticos, tem uma organização caótica. Mas andamos trinta anos com uma organização caótica, apontamos para daqui a dois anos um projecto de regionalização, que devia dar coerência ao território também nesta matéria, e de repente fazemos isto, digamos, sem previamente debatermos com o Poder Local, com as populações, tornarmos isto transparente.

Eu vou fazer uma proposta, no sentido de assumirmos e encontrarmos soluções em conjunto, para ver se encontramos aqui uma estratégia para defender Leiria, porque o que vai acontecer aqui é o esvaziamento completo dos serviços e a centralização em Coimbra. E quando vemos nos jornais nacionais, o Prof. Vital Moreira que dizia no passado, que aquela solução das nove regiões era o "conimbricídio", naturalmente deve estar muito contente, já o tenho visto defender, a razoabilidade de se estar a decidir a tal regionalização técnica antes da regionalização política. Eu percebo porquê, ele quer Coimbra como um grande centro e nós queremos manter Leiria como um pólo regional, que tenha de facto peso, mas que deixará de ter com a fuga destes serviços daqui para fora.

Portanto, vou também sobre esta matéria fazer uma proposta.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhor Deputado.

A Mesa aceitará naturalmente as propostas e pô-las-á à votação. No entanto queria apenas esclarecer duas coisas:

Em relação à carta que o senhor Presidente da Junta de Carvide leu aqui, o Regimento indica que uma das primeiras tarefas a cumprir pela Mesa, antes da ordem do dia, é a leitura da correspondência relevante. E eu achei que, deveria ser o próprio a lê-la.

Já no que diz respeito a uma carta de um cidadão, eu concordo que há cidadãos que de facto têm que ser respeitados pela sua história passada, mas não deixa de ser um cidadão, e por isso mesmo é que tomei essa iniciativa, que não quer dizer que deva distribuir aquela pilha de documentos que me foi enviada. E por isso volto a dizer, que contactaremos o senhor Dr. Paulo Rabaça Saraiva, no sentido de encontrar uma maneira de lhe dar a oportunidade de fazer esclarecer os seus pontos de vista.

Tem agora a palavra o senhor Deputado Vitorino Pereira, depois o senhor Deputado João Fonseca e finalmente o senhor Deputado Cláudio de Jesus.

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Boa noite a todos.

Quero começar esta minha intervenção, para a qual peço a vossa compreensão, referindo-me ao 32º Aniversário do 25 de Abril.

Exactamente há trinta e dois anos, abriram-se não uma, mas muitas janelas de esperança para o povo português, oprimido por um regime prepotente, antidemocrático e decadente, que tornou Portugal um país ostracizado pelos demais países europeus e atrasadíssimo tanto a nível cultural como social, quando comparado com essa mesma Europa. Três décadas depois, embora tantas coisas positivas de que ainda beneficiamos e que só por elas já justificam esta referência altamente elogiosa, há que lamentar as oportunidades perdidas de tornar Portugal um país melhor, mais rico, mais fraterno e mais justo.



Com o 25 de abril, sonhou-se a igualdade de oportunidades para todos, no acesso à saúde, à educação, à cultura. Mas trinta e dois anos e milhões de euros mal gastos depois, continuamos a ver e cada vez com contornos mais indiciadores para a causa pública, para o património que é de todos, o avanço do “chico-espertismo”, da corrupção e do nepotismo. Os tiques fascisóides do antigamente, estiveram como que adormecidos e vão saindo lentamente da sua latência, ocupando cada vez mais espaço na nossa também cada vez mais fragilizada democracia, contra a cultura da solidariedade e fraternidade e da fraternidade social, o egoísmo criminoso da fraude fiscal, sempre protegido por uma justiça comprometida e pouco eficiente, muito longe do que idealizámos em Abril de 74.

Isto acontece, por nossa exclusiva responsabilidade. A de uns, interessada e interesseira, pois sempre desejaram o regresso ao vinte e quatro, a de outros, por missão, por falta de cultura democrática e de mecanismos de participação e controle das instituições democráticas, por aqueles que deveriam ser os seus beneficiários, aqueles que por melhor preparação e condição se guindaram aos lugares de poder, não souberam ou não quiseram libertar este povo do atraso cultural e social em que se encontrava, nós apontamos o dedo. A própria vida das instituições, está longe de ser democrática. O autoritarismo de quem controla e exerce o poder, é visível na forma pouco clara em como são geridas empresas, câmaras, escolas, etc.

Nestes trinta e dois anos de experiência democrática, ainda não aprendemos a exigir e dar transparência às nossas instituições, muitas vezes apoiadas em incúrias e completa incapacidade de inaptidão de quem exerce funções de dirigente, a prepotência e a falta de transparência estão na base de muitos mandos e de muita corrupção. Por isso, peço a vossa compreensão.

Posso parecer muito chato e complicado, quando exijo mais democracia e mais transparência no modo como funciona esta Assembleia. O que exigimos, é também o que exigimos a nós próprios. Não há democracia sem participação e não pode haver participação sem haver formação concreta e atempada para todos. O que nos move, não é a tentação do poder, mas o desejo sincero de um futuro melhor para todos nós.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

De seguida tem a palavra o senhor Deputado João Fonseca.



DEPUTADO JOÃO FONSECA (PS)

Boa noite a todos.

João Fonseca, Partido Socialista.

Tenho duas perguntas a fazer directamente à senhora Presidente. Eu estava habituado no anterior mandato, a que tivéssemos um ponto neste período, para colocar essas questões. Daí eu ter feita a pergunta ao senhor Presidente, no sentido de perceber se era agora que o poderia fazer ou não.

A questão que queria colocar, tem a ver com dois assuntos, que estão talvez interrelacionados, relativamente ao Teatro José Lúcio da Silva e aos Cinemas Castello Lopes. Não sei se será a senhora Presidente a responder se o senhor Vereador da Cultura.

Gostava que nos explicasse os contornos do negócio, se é que houve negócio. No fundo, qual o objectivo que levou a Câmara a ter esse tipo de intervenção, ou seja, apresentar à Assembleia a justificação que levou a esse efeito. E nesse sentido, como é que está a correr, se os objectivos estão ou não a ser alcançados.

O outro assunto, é relativamente às obras que foram executadas há uns anos a esta parte, naquele mesmo edifício.

No edifício Paço, foram encontrados vestígios arqueológicos dos antigos moinhos existentes naquela zona, em que o leito do rio passava por ali. Eu nesta mesma Assembleia, nessa altura, também fiz esta mesma pergunta ao senhor Vereador da Cultura, o qual referiu o facto de aqueles arcos se encontrarem num local que foi estudado pelo empreiteiro, e permita-me depois ser corrigido, para que os arcos ficassem guardados no sítio adequado. Os arcos ainda se mantêm no local.

E a minha pergunta, é no sentido de saber se há a possibilidade de os arcos saírem do local. Se é um achado que eventualmente faz parte da história da cidade, qual é o fim a dar aos mesmos, ou seja, no fundo saber, após todos estes anos, porque é que ainda se mantêm lá e tentar perceber o que é que a Câmara pensa sobre esta matéria.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado, apenas um esclarecimento.

No artigo 18º do Regimento, no período de “antes da ordem do dia”, a terceira alínea, diz exactamente que é para solicitar esclarecimentos mediante perguntas



orais ao representante da Câmara Municipal. Portanto pareceu-me que era a altura oportuna para fazer as perguntas.

Tem a palavra agora o senhor Deputado João Martins Pereira e depois o senhor Deputado Cláudio.

DEPUTADO JOÃO MARTINS PEREIRA (Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes)

Boa noite.

João Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Comunicação Social, Senhoras e Senhores.

Quero cumprimentar especialmente o senhor Presidente da Junta de Santa Eufémia, nosso anfitrião e congratular-me pelo facto, de ser esta a primeira vez, que é realizada uma sessão deste órgão, numa freguesia rural de Leiria.

Indo também ao encontro das palavras do senhor Presidente da Assembleia e do senhor Presidente da Junta de Santa Eufémia, e na sequência do mandato anterior, das visitas às freguesias do Concelho, venho propor a reactivação dessas mesmas visitas, incluindo desta vez a Assembleia Municipal.

O conhecimento dos problemas das freguesias e dos seus anseios e projectos, é uma ferramenta essencial para este órgão municipal. Proponho assim, uma reunião, jantar de trabalho, para discutir este assunto, com a presença de todos os Presidentes de Junta do Concelho, a realizar na Freguesia de Regueira de Pontes e a agendar nos próximos dias.

Peço ainda à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal que apoie esta iniciativa, que aproxima as populações e as freguesias ao poder político, ultimamente tão caído em má graça perante os eleitores. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Finalmente o senhor Deputado Cláudio de Jesus.

DEPUTADO CLÁUDIO DE JESUS (PPD/PSD)

Boa noite a todos.



Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssima Mesa, Senhora Presidente da Câmara, Excelentíssimos Vereadores, caros colegas Deputados, Comunicação Social e demais presentes.

Em meados de Fevereiro do corrente ano, o Governo anunciou, através da Direcção Geral da Geologia e Energia, a abertura de quinze concursos para a construção de novas centrais de biomassa em doze distritos, alguns deles contemplados por isso, com mais do que uma central. Foram eles, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Faro, Guarda, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, de fora ficou o Distrito de Leiria.

A valorização da biomassa florestal, faz parte da estratégia nacional, para a promoção e desenvolvimento das energias renováveis e enquadra-se numa estratégia comunitária denominada – Plano de Acção para a Biomassa – aprovada pela Comissão Europeia, em 7 de Dezembro de 2005.

Convém esclarecer, que a biomassa é feita de mato diverso, resíduos florestais, como cascas, folhas ou ramos de árvores, árvores mesmo e diversos produtos agrícolas.

Actualmente existem em Portugal apenas duas centrais de biomassa: a central da EDP em Mortágua e uma denominada Centroliva, em Vila Velha de Ródão. É por isso urgente, a reversão desta situação, de forma a adequar a realidade do nosso país ao que é prática comum, há já muitos anos, na maioria dos países desenvolvidos da União Europeia.

Note-se ainda que, o aproveitamento da biomassa florestal para fins energéticos, pode ser encarado não só como uma oportunidade de negócio e de criação de emprego nas zonas rurais, como é também um instrumento de luta contra os incêndios, através da limpeza das florestas. Permite ainda, por um lado, a redução da importação de combustíveis fósseis, como seja o petróleo, e atende-se à escalada vertiginosa do preço do barril de petróleo no último ano, e por outro, permite a redução das emissões de dióxido carbono para a atmosfera, com os consequentes ganhos ambientais que daí resultam.

Portugal tem como objectivo, atingir em 2010, uma meta de cento e cinquenta megawatts de energia eléctrica, produzida através da biomassa. Não tenho o número



presente, mas hoje em dia nem 10% deste montante é atingido. Demonstradas as vantagens inegáveis que a construção de uma Central de Biomassa origina, importa agora olhar para a realidade do nosso distrito, ou mais particularmente, para a região da Alta Estremadura.

De facto, a área florestal dos seis concelhos desta região, que são Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém, Pombal e Porto de Mós, segundo dados que eu colhi dos PDM, a área florestal é de novecentos e quarenta e oito quilómetros quadrados, numa área total de dois mil e duzentos quilómetros quadrados. O que significa, que 43% da área destes concelhos da nossa região, são floresta. Neste particular, há a destacar o concelho da Marinha Grande, em que 2/3, 66% do Concelho, é área florestal. Juntando a estes números, pensemos naquilo que aconteceu o ano passado no Verão.

A enormidade de incêndios que nos assaltou, foi fruto de condições climatéricas adversas, é verdade. Mas provavelmente, também foi fruto de alguma mão criminosa, todos o sabemos, ou pelo menos assim pensamos, mas foi também, sobretudo, resultado de deficiente planeamento e ordenamento do espaço florestal.

Tudo isto podiam ter sido situações minimizáveis, se existisse na nossa região uma Central de Biomassa, que arrastaria à sua volta um conjunto de actos de gestão e de ordenamento do espaço florestal, que seguramente contribuiriam para minimizar este flagelo que são os fogos florestais.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, caros colegas Deputados!

Pelo que acabei de expor, penso ser da mais elementar justiça, que esta Assembleia manifeste o seu repúdio, pelo facto de o Distrito de Leiria uma vez mais, ter ficado esquecido pelo actual Governo, numa área sensível, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista ambiental.

E assim, proponho à excelentíssima Assembleia, a elaboração de uma proposta, a remeter ao senhor Ministro da Economia e da Inovação, e ao senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, que permita



inverter a decisão do Governo da não construção de qualquer Central de Biomassa na região da Alta Estremadura, dando assim voz aos interesses e aos anseios dos nossos autarcas, das nossas populações, e em particular, dos habitantes da nossa região, razão aliás, em última análise, pela qual todos fomos eleitos para esta Câmara: lutar e defender os interesses legítimos de todos aqueles que nos elegeram. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Se isso é uma proposta de Moção, agradecia que a redigisse e solicitaria que o fizesse mais pela positiva do que pela negativa, para que ela possa ser mais bem acolhida, por todos os senhores Deputados.

Terminámos a ronda pelas pessoas que estavam inscritas para falar e dou agora a palavra à senhora Presidente da Câmara, para responder às questões que lhe foram colocadas.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Muito boa noite a todos.

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia e as senhoras Secretárias da Mesa. Um cumprimento muito especial ao senhor Presidente da Junta de Santa Eufémia, que nos recebe, um agradecimento pela hospitalidade, um cumprimento aos senhores Deputados Municipais.

A primeira questão que gostaria de esclarecer, que não me permitiu ser antecipada porque o senhor Deputado Sequeira antecipou-se: naturalmente que imaginavam que havia necessidade absoluta de eu dar uma explicação à Assembleia, da razão de não apresentar as contas para aprovação, conforme está previsto na Lei.

Queria igualmente informar que não é a primeira vez que isto acontece. Pelo menos comigo, é a segunda vez. Já há um ano aconteceu, mas a verdade é que isto é possível e o Tribunal de Contas permite que seja possível, desde que haja uma justificação.

Eu expliquei exactamente isso na reunião de Câmara, o assunto foi falado, falhei, sem dúvida nenhuma, e o senhor Deputado Sequeira tem toda a razão, porque ficava bem ter dito alguma coisa aos líderes parlamentares. Fica a recomendação.



Nós estamos sempre a aprender, acho que não me tinha custado nada, passou-me completamente e evidentemente que é uma explicação que se dá com toda a facilidade. E por muito impossível que lhe pareça, foi efectivamente um problema informático.

Quando nós estávamos com tudo preparado para a emissão dos mapas finais, houve um erro informático que baralhou os mapas todos. Evidentemente que neste momento está tudo corrigido, os mapas já saíram correctos, só que não houve tempo de serem efectuadas essas respectivas correcções e de serem distribuídos os documentos com a devida antecedência, porque trata-se de documentos que não podem ser apresentados na véspera da reunião de Câmara ou nas vésperas das Assembleias Municipais e portanto, por essa razão, houve este atraso.

Neste momento o problema está solucionado. Por outro lado, a empresa informática que nos dá apoio, na mesma altura estava a ser sobrecarregada por várias câmaras, que tinham problemas idênticos, e portanto, do ponto de vista temporal, houve um atraso de cerca de três a quatro dias, para intervir neste problema informático que tivemos. A razão foi apenas esta.

Neste momento estão os documentos todos já feitos e o que vai acontecer é um pedido ao senhor Presidente da Assembleia para que em Maio cá estejamos para uma sessão extraordinária, exclusivamente para análise das contas e se calhar até com outra disponibilidade. Fica aqui também o meu pedido de desculpas aos senhores líderes parlamentares, pelo facto de não ter tido a ideia de vos dar esta satisfação.

Relativamente às questões que me foram colocadas, têm muito a ver com o pelouro do senhor Vereador da Cultura. Ele depois irá prestar os devidos esclarecimentos.

Queria apenas dar só mais um esclarecimento, até porque pela intervenção do senhor Deputado José Augusto Esteves, percebi que ele não estava bem esclarecido, e tem a ver com o problema do gerador da Leirisport, conforme já aqui foi referido.

Queria dar conta dos termos em que foi feita, e aprovada por unanimidade, a deliberação da Câmara relativa a este assunto. A Câmara deliberou por unanimidade recomendar à Leirisport a averiguação dos factos, com vista ao apuramento de eventuais responsabilidades. A Câmara não deixou cair em saco roto, achou que tinha havido qualquer coisa que não tinha corrido bem. Efectivamente pediu responsabilidades à empresa que geria e que gere o complexo das piscinas, no sentido de averiguar o que sucedeu.



Sabemos que neste momento a Leirisport está a fazer a averiguação, a fazer a análise de respectivo processo e aguardamos que seja presente à reunião de Câmara, para daí percebermos efectivamente os pormenores do acontecimento, dado que em traços gerais já se percebeu mas é importante esclarecerem-se os pormenores.

Eu achei que era importante dar este esclarecimento, porque foi aprovado por unanimidade pela Câmara e calculo que nem toda a gente tenha percebido que foi decidido exactamente neste sentido.

Muito obrigada senhor Presidente. Se me permite, passava agora a palavra ao senhor Vereador da Cultura, para dar os esclarecimentos solicitados.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Faça favor senhor Vereador.

VEREADOR DO PELOURO DA CULTURA E EDUCAÇÃO (VÍTOR LOURENÇO)

Boa noite.

Senhor Presidente, Senhora Presidente da Câmara, colegas Vereadores, Senhores Deputados Municipais.

Eu gostaria em primeiro lugar, de cumprimentar também o senhor Presidente da Junta de Freguesia Santa Eufémia, por este excelente espaço que tem aqui ao serviço da população e ao nosso serviço e de agradecer ainda o cumprimento que a maior parte dos senhores Deputados já fizeram aos Vereadores, que também são pessoas que foram eleitas como os senhores Deputados, e às vezes alguns dos senhores Deputados que vêm aqui intervir esquecem-se que os Vereadores também aqui estão presentes, no seu pleno direito.

Relativamente às questões que o senhor Deputado João Fonseca colocou, em relação ao património do antigo Paço, há apenas uma breve explicação, que julgo que é suficiente, até porque mostrou que conhecia o assunto. Aliás já falámos do mesmo.

Na verdade, aquele objecto arqueológico, digamos assim, que está em frente ao Largo da Sé, em pleno estado de conservação é preciso dizê-lo, está bem conservado exactamente porque está ao ar. Está a aguardar que as obras de requalificação daquele largo sejam completadas, o projecto está feito, para que o arco fique numa posição adequada ao envolvimento que ele merece, representando portanto um dos primeiros elementos da arqueologia industrial do nosso Concelho.



Como sabem, não era o leito do rio, mas era uma vala aduçada ao leito do rio que passava ali, onde se instalavam os moinhos medievais e portanto, aquele é um exemplar muito interessante. Foi por isso que a Câmara Municipal e os serviços de arqueologia da Câmara e do Instituto Português de Arqueologia, investiram ali trabalho e saber, para ter lá aquele objecto arqueológico, como marco da história da nossa cidade. Ele vai ficar naquele local, exactamente com essa presença física.

Quanto à outra questão que colocou:

Todo o processo foi liderado pelo Teatro José Lúcio da Silva, que aliás, como sabem, tem autonomia do ponto de vista administrativo e financeiro para gerir aquela casa, e está de acordo com aquilo que é a última decisão de há meia dúzia de anos, uma fiscalização que deu origem a um acórdão do Tribunal de Contas, que regularizou a situação da gestão do Teatro José Lúcio da Silva relativamente à sua autonomia em relação à Câmara Municipal.

O processo foi estabelecido por conversações e por desejos mútuos, quer do proprietário privado que tem aquelas salas quer do Teatro José Lúcio, que ia entrar em obras e em que uma nova fase do centro da cidade, do ponto de vista cultural, se avizinhava para o futuro e ele não tinha condições isoladamente para o fazer. Por outro lado, daria e complementaria a actividade do teatro, enquanto sala de espectáculos pública e do Município, cumprindo o princípio definido, aliás, hoje por toda a gente, nomeadamente pelo nosso Governo, da existência e da exigência de quanto mais parcerias público-privadas existirem, melhor será para a sociedade em que vivemos. O Teatro José Lúcio fez esse acordo com o proprietário privado, um acordo de gestão e programação das salas de cinema, em conjunto com o Teatro José Lúcio e o Teatro do Mercado Sant'Ana, na questão da exibição e programação de cinema. Foi um acordo que está escrito, que foi presente em reunião de Câmara, que foi explicado e que naturalmente tem trazido vantagens para a vivência da cidade, sobretudo da noite.

É preciso não esquecer que hoje, a Avenida Heróis de Angola, a partir da dez horas da noite, não tem gente, está deserta. E as pessoas que ali vivem e convivem e que ali têm os seus negócios, têm falado muitas vezes comigo, perguntando-me quando é que a obra está pronta, precisamente pela desertificação daquele local à noite e naturalmente mais deserto seria se o Paço não tivesse actividade e se as salas tivessem encerrado. Julgo que é um benefício para toda a cidade, para o Centro Histórico e para a vivência da cidade.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Vereador.

Temos então três propostas de moções para submeter à votação, vou colocá-las à votação sem discussão.

Já esgotámos o período de “antes da ordem do dia”, queria pedir ao senhor Deputado Augusto Esteves, o favor de ler as suas propostas. Não sei se o esclarecimento da senhora Presidente da Câmara em relação à questão da Leirisport, é sua prerrogativa, de apresentar ou não apresentar e neste caso, agradecia que fosse breve.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES(CDU)

Em relação à explicação da senhora Presidente, eu gostava de dizer o seguinte:

O problema é que a Leirisport não pode ser juiz em causa própria. E havendo esta pretensão, de uma pessoa que se sente atingida, que tem as responsabilidades que tem, que se dirige ao órgão máximo do Município, pedindo-lhe que o deixem pôr com clareza o que pensa sobre esta matéria, não faz sentido que a gente o remeta e chute para canto, entregando à Leirisport a decisão de apurar factos. Pode fazer sentido para apurar internamente, mas aqui o que se trata é de responder também a um apelo de alguém, que sente que o seu bom nome é posto em causa. E portanto, eu mantenho a proposta e penso que só esta Assembleia está em condições, na sua pluralidade, de garantir uma certa independência e uma certa neutralidade, no apuramento dos factos. E por isso mesmo vou mantê-la.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Então agradeço que leia a proposta senhor Deputado.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES(CDU)

Sim senhor.

PROPOSTA:

Face à necessidade de apurar responsabilidades face à grave situação verificada no fornecimento de energia às piscinas municipais, com graves e avultados prejuízos financeiros para a empresa municipal Leirisport e para o Município de Leiria;



Tendo em conta as tomadas de posição e as notícias vindas a público de recusa de responsabilidades face ao sucedido, do ex-vereador Paulo Rabaça e principal Administrador da Leirisport;

Tendo em conta a sua carta e proposta dirigida ao Presidente da Assembleia sobre o mesmo assunto e na defesa do seu bom nome.

A Assembleia Municipal de Leiria, decide ouvir o ex-vereador Paulo Rabaça pela Assembleia Municipal, que para o efeito se constitui em Comissão com a presença de todas as forças políticas.

A Comissão fica mandatada para elaborar o relatório e tirar conclusões a apresentar em próxima Assembleia ordinária ouvindo e tomando as diligências necessárias para o apuramento da verdade dos factos.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor Deputado, penso que é melhor submeter à votação esta proposta e no caso de ela ser aceite, nomearemos a Comissão.

O senhor Deputado Carlos André pretende intervir sobre esta proposta? Faça favor.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Boa noite

Cumprimento o senhor Presidente da Assembleia, a senhora Presidente da Câmara e respectivos Vereadores, saúdo em particular o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Eufémia, saúdo a Freguesia toda na pessoa do seu Presidente de Junta e o público presente nesta Assembleia.

Por ser a primeira vez que uso da palavra esta noite, gostaria de saudar o facto desta sessão ter lugar na semana em que ocorreram os trinta e dois anos sobre o 25 de Abril, acto ou data, sem a qual nós não estávamos hoje aqui reunidos em Assembleia Municipal.

Eu falo sobre esta proposta do Deputado José Augusto Esteves, porque tencionava discutir este ponto, no terceiro ponto da ordem de trabalhos, que trata do relatório de actividades e da situação financeira do Município, portanto caberia perfeitamente lá. E trá-lo-ia por uma razão muito simples, porque não é possível, que a Assembleia Municipal se cale, perante uma situação desta natureza, ou seja:



Todos nós sabemos, mais ou menos, o que aconteceu, foi divulgado, há um gerador que durante ano e meio, com o aluguer e com o custo do combustível despende aos cofres do Município, melhor à Leirisport, o mesmo é dizer a todos nós, acima de um milhão de euros e isto precisa de ser esclarecido. Ninguém ainda falou no assunto, mas o aluguer do gerador custou duzentos e setenta mil euros. Eu não sei quanto é que custa um gerador, mas seguramente não custará um décimo disso, se custar dois décimos disso, continuámos a gastar imenso. Portanto, a Assembleia Municipal não pode silenciar um facto destes e o Partido Socialista traria isto aqui no terceiro ponto da ordem de trabalhos, apenas para que constasse.

Quanto à proposta do Deputado José Augusto Esteves.

De facto, o senhor Dr. Paulo Rabaça, tem o direito de ser ouvido por esta Assembleia Municipal. Tem o direito porque ele quis ser ouvido, desde logo porque ele faz questão de ser ouvido. Não me parece, em todo o caso, não ouvimos ler a carta, que a forma como o senhor Dr. Paulo Rabaça quer ser ouvido, seja a melhor, porque ele não queria ser ouvido, queria mandar carta com uma série de documentação. Parece-me justo, que ele seja pelo menos ouvido, ou em plenário ou em Comissão, e eu proporia ao senhor Deputado José Augusto Esteves, que nos deixasse votar em alternativa, ou em plenário ou em Comissão. Pode acontecer que a Assembleia Municipal queira ouvir, ela toda, as explicações do senhor Dr. Paulo Rabaça, seríamos nós que decidiríamos, porque a proposta condiciona-nos logo a ouvi-lo em Comissão se for aprovada assim. Não podemos fazer de outra forma. Daí a minha proposta para votar em alternativa.

Quanto ao resto, parece-me que é legítimo, não porque nós determinámos ouvir o Dr. Paulo Rabaça, mas porque ele, com as responsabilidades que tem, pede para ser ouvido. E como qualquer cidadão tem direito à defesa do seu bom nome, parece-me que é correcto ouvi-lo.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Eu recordo que no início tinha decidido não enviar os documentos, mas que contactaria o Dr. Paulo Rabaça, para se apresentar como membro do público, no respectivo período para o efeito, onde poderia esclarecer. No entanto, poder-se-á fazer de outra forma. Tudo bem.

Alguém mais quer discutir esta proposta?

Faça favor senhor Deputado João Cunha.



DEPUTADO JOÃO CUNHA (PPD/PSD)

Apenas para dizer uma coisa muito simples.

Eu não sei, não tenho conhecimento, se houve algum aviltamento à honra do Dr. Paulo Rabaça, porque pela proposta que foi aqui apresentada pelo Deputado José Augusto Esteves, fiquei com a sensação que estaria a dizer que o Dr. Paulo Rabaça foi ofendido pela honra e que teria direito à defesa da sua honra.

Eu gostava que alguém me dissesse, quem é que ofendeu e em que circunstâncias, porque desconheço e não estou suficientemente documentado para esse efeito.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhor Deputado.

Eu devo esclarecer que há uma outra alternativa e que posso sugerir agora.

Tendo em conta a reacção da Assembleia, que é legítima, poder-se-á fazer aquilo que o Dr. Paulo Rabaça pediu, ou seja, fotocopiar os documentos que ele enviou, remeter a todos os senhores Deputados e discutir depois o assunto, se assim o entenderem.

Dava agora a palavra ao senhor Deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Muito boa noite.

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Senhor Presidente, Senhora Presidente, Senhores Vereadores e o meu “mea culpa”, porque habitualmente não me dirijo aos senhores Vereadores, mas não é em absoluto por qualquer menosprezo. É porque ao cumprimentar o senhor Presidente e a senhora Presidente, considero todos os presentes cumprimentados. Mas para todos os efeitos, as minhas desculpas.

Eu hoje, vinha num daqueles dias de estar calado, nem sequer a carta que o senhor Presidente da Junta de Carvide leu, me ia motivar qualquer intervenção. No entanto, eu gostaria em primeiro lugar, em relação ao 25 de Abril, que me parece que é oportuno fazer essa referência, muito mais do que o saudar, porque de facto já é algo que faz parte da nossa vida. E portanto, não me merece nenhuma saudação especial, é uma data extremamente importante para todos nós, que faz parte do nosso quotidiano e que temos que preservar. Mas muito seriamente acho que mais do que querer preservar, temos que o melhorar, temos que o otimizar, temos que



fazer deste País um país melhor. E esse, é o 25 de Abril que eu acho que está por cumprir. Cumpramos esse 25 de Abril, que assim faz falta que se faça.

Em relação à questão em apreço, até porque está efectivamente na administração da Leirisport uma Vereadora que muito pugnou por saber o que se lá passava, que eu saiba, não faz qualquer sentido haver defesa sem que exista acusação. Parece-me que, após o inquérito que possa ser feito, por uma empresa que tem autonomia e dessa forma foi constituída, para ter essa autonomia, e de qualquer conclusão que daí advenha que a empresa comunique à Câmara Municipal, que por sua vez comunicará à Assembleia, então faria sentido, que daí se extraíssem quaisquer tipo de consequências. Parece-me que isto seria fazer funcionar a forma e o que tem que ser.

Obviamente e permita-me senhor Presidente que com isto termine, que se calhar este pequeno *qui pro quo*, se o senhor Presidente fizer chegar aos grupos municipais a documentação, grande parte do ar que está a encher o balão, pois desaparecerá. Parece-me que é estarmos a criar um incidente que não faz qualquer sentido. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Era precisamente aquilo que eu estava a sugerir, mas o senhor Deputado José Augusto Esteves pediu para prestar esclarecimentos, sobre a pergunta que lhe foi feita há pouco.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES(CDU)

Claro, estou aqui para isso mesmo.

Para explicar que, não tenho qualquer problema em que em vez de ser na Comissão, seja em plenário. É o que a Assembleia decidir, com uma variante, é que é preciso apurar responsabilidades e tem que ser em Comissão e não em plenário. E esta forma de tratar as coisas assim em plenário, revela-se por vezes uma tarefa complicada.

O que eu soube, como toda a gente hoje reparou, foi pela leitura dos jornais. Em que ele recusa responsabilidade. E deixe-me dizer-lhe senhor Deputado Domingos Carvalho, tão zeloso que anda agora pela autonomia da empresa municipal Leirisport. Antigamente, vinha aqui dizer que era preciso que o Município assumisse as suas responsabilidades por uma empresa que é sua, agora, é só autonomia. Muito bem!



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhores Deputados, pedia-lhes que se abstivessem das considerações e comentários pessoais, em relação a este assunto.

A seguir tem a palavra o senhor Deputado Carlos Poço e terminam as intervenções neste período.

DEPUTADO CARLOS POÇO (PPD(PSD))

Relativamente a esta questão, a mesma foi levantada por um cidadão que teve responsabilidades na Câmara e na Leirisport. O problema está levantado e foram dadas explicações pela senhora Presidente da Câmara.

Foi aprovado na Câmara, uma deliberação por unanimidade, e aguardam-se resultados dessa deliberação. Eu acho que é extemporâneo, estarmos a aprovar seja o que for, neste momento, sem a Câmara dizer algo a esta Assembleia, em primeiro lugar. Não vamos iniciar seja o que for, porque um cidadão levantou um problema que até já estava analisado em Câmara. Só que é preciso mais algum tempo.

Eu proponho, que se aguarde que a Câmara apresente à Assembleia Municipal as explicações que tem a apresentar, e depois, a Assembleia Municipal decidirá que outras iniciativas deverá tomar, para aclarar a questão. É esta a minha proposta.

A proposta que foi apresentada pela CDU, tal como ela está, terá o voto contra da bancada do PSD.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Penso que estão feitas as discussões e os esclarecimentos e vou pôr a proposta à votação, tal como foi elaborada pelo Deputado Augusto Esteves. Depois decidiríamos, no caso de ser aprovada, se será em Comissão ou em plenário.

Quem vota contra esta proposta apresentada pelo Deputado José Augusto Esteves?

Quem vota contra? Trinta e dois votos contra.

Quem vota a favor? Dezasseis votos a favor.

Quem se abstém? Seis abstenções.

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por maioria, com 32 votos contra, seis abstenções e dezasseis votos a favor rejeitar a proposta.

Aproveito para comunicar à Assembleia, que vou então fazer distribuir a documentação enviada pelo Dr. Paulo Rabaça, e se assim todos o entenderem, será



distribuído apenas um exemplar por cada grupo municipal. Quem entender que seja insuficiente, poderá dirigir-se à D. Teresa e pedir cópia dessa documentação.

O senhor Deputado Augusto Esteves vai apresentar a sua segunda proposta. Faça favor.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (CDU)

Proposta :

- Tendo em conta que o Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), tem na sua aplicação graves consequências para Leiria e a sua região, quer ao nível dos serviços públicos quer ao que se refere à afirmação de Leiria como pólo regional;

- Tendo em conta que a definição de uma estratégia que defenda e garanta os interesses de Leiria e da região exige a procura de um consenso entre um conjunto diversificado das orientações e soluções em matéria de desconcentração e descentralização e naturalmente, em matéria de regionalização;

A Assembleia Municipal de Leiria, decide criar uma Comissão, com vista a produzir uma tomada de posição sobre o dito programa e a definir uma nova estratégia para defesa dos interesses de Leiria e da sua região.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Antes de pôr esta proposta à discussão, vou dar a palavra ao senhor Deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido do Popular.

Sobre esta questão, quero apenas dizer o seguinte:

É um tema que a mim me não merece também discussão, porque não estou disponível para servir de peixe, ou seja, entendo que esta questão que foi referendada, em tempo oportuno será de novo referendada e o povo português terá a oportunidade de discutir esta questão. Assumir a discussão, se vamos pela regionalização técnica ou pelas cinco ou pelas nove regiões, é assumir a regionalização.

Meus caros amigos, não nos devemos esquecer que em Portugal, no último plebiscite que houve sobre esta matéria, o não à regionalização ganhou de uma forma inequívoca. Portanto, parece-me que o estar a assumir este tipo de posicionamento, é assumir a regionalização. Eu sou contra a regionalização. Muito obrigado.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Dava agora a palavra ao senhor Deputado Carlos André.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Carlos André, Partido Socialista.

O senhor Deputado José Augusto Esteves, quando anunciou que ia apresentar a proposta, citou-me aqui. Razão de sobejo, para que eu venha agora falar no assunto. De facto, o Distrito de Leiria, todos nós sabemos, e permita-me senhor Presidente que gaste um minuto ou dois com esta questão, é um exemplo perfeito no pior sentido da palavra, da manta de retalhos que é a Administração Pública em Portugal. Se tivesse oportunidade, e não tenho, de vos passar um conjunto de mapas que tenho elaborado em casa, sobre esta questão, demonstrar-vos-ia que o Distrito de Leiria tem mais de dúzia e meia de fronteiras, do ponto de vista administrativo, repito, tem mais de dúzia e meia de fronteiras. Muito mais do que aquelas que qualquer dos senhores Deputados Municipais possa imaginar.

Temos que reconhecer, e parece-me que é uma questão de seriedade e de honestidade intelectual reconhecê-lo, que a iniciativa do Governo de querer corrigir esta situação, em si mesma é uma iniciativa positiva. Este assunto precisa de ser resolvido. Nós não podemos continuar a ter a organização da máquina do Estado, distribuída um pouco, ora por Santarém, ora por Coimbra, ora por Leiria e desculpar-me-ão a palavra, muito pouco digna deste foro, numa bagunça onde praticamente ninguém se entende, ou seja, o facto de o Governo querer introduzir ordem nisto, é em si mesmo positivo. Acontece que tem consequências negativas, que os cidadãos de Leiria, que nós somos, não podemos aceitar.

Desde logo porque não resolve inteiramente o problema. O facto de, por exemplo, se dizer que os serviços que estavam regionalizados, perdem as suas representações em Leiria e passam a centralizar essas representações no sítio onde estão as direcções regionais, não faz com que o distrito deixe de estar dividido. Faz apenas com que, as subdivisões que existiam em Leiria deixem de existir e passe a estar parte norte do distrito, dependente de uma direcção em Coimbra, e a parte sul do distrito, dependente de uma direcção em Lisboa. É isso que acontece, com uma boa parte dos serviços.

Também não faz com que o Distrito de Leiria passe a ser um distrito unido. Por uma razão simples, porque os serviços que estavam regionalizados de acordo com as



fronteiras das CCDR's, esses serviços passarão a estar divididos na mesma, cortados ao meio, de Alcobaça para baixo dependentes de Lisboa, de Porto de Mós para cima dependentes de Coimbra, mas há serviços de carácter distrital, que continuam a ter o distrito unido. Dou-vos o exemplo da Saúde, onde o distrito vai todo para o mesmo lado, o exemplo das Finanças ou o exemplo da Polícia de Segurança Pública, já não o mesmo da Guarda Nacional Republicana, que pertence ao mesmo Ministério da Administração Interna e que tem um Comando em Santarém.

Portanto, continua a funcionar esta fluidez, que só tem neste aspecto, se não resolve o problema, tem que pelo menos ter uma consequência que para nós é negativa, que é retirar um conjunto de serviços da capital/distrito de Leiria e isso não podemos aceitar. Em suma:

O Partido Socialista entende:

1. Que o facto de o Governo querer resolver o problema, é em si mesmo positivo e não posso, em nome do Partido Socialista, deixar de assinalar aqui a vontade política de resolver um problema, que é um problema grave que o país precisa de ver resolvido.
2. Este grupo do Partido Socialista, na Assembleia Municipal de Leiria, também não é indiferente ao facto de, a solução proposta, poder afectar a cidade de Leiria, porque a esvazia de alguns serviços e nesse sentido, o Partido Socialista, votará favoravelmente a proposta do Deputado José Augusto Esteves.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem a palavra o senhor Deputado Carlos Poço.

DEPUTADO CARLOS POÇO (PPD/PSD)

A posição do PSD, relativamente à regionalização, é de respeito por aquilo que foi decidido, quando foi feito o referendo. Quando outro referendo o alterar, respeitaremos essa decisão.

Relativamente a esta descentralização proposta pelo Governo, aguardamos que ela se concretize, para ver o que é que vai de lá sair. Agora, rejeitamos esta vontade de retirar da nossa terra uma série de serviços que vão esvaziar um concelho tão dinâmico e que tanto precisa do apoio do Estado, nesses referidos serviços.



Como a proposta do PCP, é no sentido de criar uma condição que encontre uma vontade que represente o nosso concelho e que transmita essa vontade ao Governo, penso que é o objectivo, nós votaremos a favor desta proposta.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Mais alguém pretende discutir esta proposta?

Então vamos pô-la à votação.

Quem vota contra? Um voto contra.

Quem se abstém? Duas abstenções.

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por maioria, com um voto contra e duas abstenções, aprovar a proposta apresentada pelo senhor Deputado José Augusto Esteves.

Agora senhor Deputado Cláudio de Jesus, pedia-lhe o favor de ler a sua proposta porque há pouco não o fez.

DEPUTADO CLÁUDIO DE JESUS (PPD/PSD)

MOÇÃO:

A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 27 de Abril de 2006, tendo em consideração que:

- a) A intenção da DGGE de abrir 15 novos concursos para a construção de Centrais de Biomassa;
- b) A Estratégia Nacional para a Promoção e Desenvolvimento das energias renováveis;
- c) O facto de a região da Alta Estremadura que integra os concelhos de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém, Pombal e Porto de Mós, possuir 43% do seu território classificado como espaço florestal;
- d) O aproveitamento da biomassa florestal para fins energéticos poder ser encarado, não só como uma oportunidade de negócio e de criação de empregos nas zonas rurais, como também um instrumento de luta contra os incêndios, através da limpeza e adequado ordenamento dos espaço florestal.

Vem solicitar a V.Ex.as, os senhores Ministros da Economia e Inovação e do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional, a reanálise deste



processo, tendo em vista a possibilidade de construção de uma Central de Biomassa na região da Alta Estremadura.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Esta proposta está à discussão!

Faça favor senhor Deputado Carlos André.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Carlos André, Partido Socialista.

E mais uma vez, estamos perante uma situação idêntica àquela que aconteceu há pouco e não posso deixar de ter um discurso muito semelhante ao que tive.

O que havia até este momento, era o que ouvimos há pouco, do texto que o senhor Deputado Cláudio de Jesus leu, ou seja, havia duas centrais de biomassa e passará a haver dezassete centrais de biomassa. Não podemos ignorar esse facto, ou seja, é francamente positivo, que um problema sério que o país tinha que o Governo o queira resolver, que aumente multiplicando por oito, o número de centrais de biomassa existentes em Portugal. E esse aspecto positivo, tem que ser aqui sublinhado. E o grupo do Partido Socialista, não poderia deixar de o dizer, para que fique registado em acta, até porque, apesar de reconhecermos tudo isso, também não podemos aceitar que isso seja feito, secundarizando uma região, que tem uma imensa área de floresta, área de floresta essa, que proporcionaria seguramente um bom funcionamento, um funcionamento eficaz e um funcionamento rentável a uma Central de Biomassa.

E portanto, sendo certo que reconhecemos como boa, a atitude do Governo, de aumentar o número de centrais de biomassa em Portugal, temos também que dizer, que não aceitamos que isso seja feito, sem que a região da Alta Estremadura seja considerada nesse mapa. Razão pela qual e porque a nós nos compete defender, foi para isso que fomos eleitos, os interesses do Concelho de Leiria, o grupo do Partido Socialista votará favoravelmente a presente proposta.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

É para mim bastante evidente que houve alguém, nalgum Ministério, que fez as contas mal feitas.

Mais alguém quer discutir esta proposta?



Vamos então pô-la à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade, aprovar esta Moção e remetê-la aos senhores Ministros da Economia e Inovação, e do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional.

Senhores Deputados ainda temos algum tempo de Ordem de Trabalhos, queria comunicar-vos que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Eufémia, preparou um pequeno beberete, pelo que iremos interromper os trabalhos por breves instantes, cerca de quinze minutos e retomaremos a sessão, entrando directamente na Ordem de Trabalhos.



ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Durante o período de “antes da ordem do dia”, o senhor Presidente da Junta de Regueira de Pontes, sugeriu que se fizesse uma reunião trabalho dos Presidentes de Junta de Freguesia, para que pudessem ser tratados assuntos de interesse geral. Não foi elaborada uma proposta concreta e por isso não foi posto o assunto à votação. No entanto, sugeriu-se e ele concordou, em tentar encontrar uma data que seja razoável e convidar todos os Presidente das Juntas de Freguesia para estarem presentes nessa reunião. Naturalmente que é difícil juntar toda a gente, mas na medida do possível, penso que é do vosso interesse que correspondessem e respondessem afirmativamente a esse convite, que vos vai ser endereçado, pelo vosso colega.

Vamos então entrar na Ordem do Dia desta sessão e foi pedido, por alguns elementos da Assembleia em benefício dos representantes da LeiriaPolis que aqui estão presentes, que se alterasse a ordem dos pontos e começaríamos com os pontos n.º 4 e 5 da agenda de trabalhos.

Alguém se opõe?



Não havendo, vamos então iniciar com o ponto n.º 4.

4. APRESENTAÇÃO DO PROJECTO DO ROSSIO DE LEIRIA – SOCIEDADE LEIRIAPOLIS – Apreciação;

Dava a palavra ao senhor Arquitecto António Figueiredo. Faça favor!

ARQUITECTO ANTÓNIO FIGUEIREDO (SOCIEDADE LEIRIAPOLIS)

Excelentíssima Mesa, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Excelentíssimos Deputados Municipais, Comunicação Social, minhas Senhora e meus Senhores!

É um grato prazer para a Sociedade LeiriaPolis e para o respectivo gabinete local, poder fazer esta apresentação do projecto de execução do Rossio de Leiria à Assembleia Municipal, a pedido da Câmara Municipal, na sequência aliás, de outras apresentações que já foram feitas também por nós, quer aos elementos da Comissão Local de Acompanhamento quer aos comerciantes da cidade e quer à própria Câmara Municipal. Vou fazer o mais breve possível a apresentação deste projecto e começarei muito rapidamente por o localizar.

Nós estamos no coração da intervenção do Programa Polis em Leiria, penso que esta intervenção não é desconhecida dos presentes, certamente terão tido a oportunidade quer de passar nos posto de informação do Programa Polis, quer obter toda a informação, que foi ao longo destes anos em que temos estado a trabalhar disponibilizada para terem conhecimento, quer o facto de muitos dos membros da Assembleia Municipal terem participado nas reuniões da Comissão Local de Acompanhamento. Estamos portanto, no centro, no coração da cidade, numa área estratégica do ponto de vista da ligação de toda a requalificação que está a ser feita, e numa área que, como sabeis, corresponde à Praça Goa, Damão e Diu, mais propriamente aquele pequeno espaço lateral à Caixa Geral de Depósitos, o Largo 5 de Outubro, que ocupa toda aquela grande mancha em frente ao Banco de Portugal e ao próprio Largo do Papa, impropriamente chamado Largo do Papa, porque a presença da própria estátua lá é que determinou este topónimo. Mas ele é conhecido assim e o Jardim Luís de Camões, que inclui a alameda Dr. José Lopes Vieira, o chamado Marachão.

Esta é a área onde vamos de facto intervir e este espaço de intervenção, foi dividido em duas fases, tendo em conta vários aspectos. A própria programação do Programa



Polis, em função do conjunto de acontecimentos que ao longo destes anos tem vindo a animar a nossa cidade, nomeadamente o EURO 2004 e portanto, teve que haver uma programação relativamente a esta intervenção.

Como sabeis, numa primeira fase, foi executada toda a área junto à Fonte Luminosa, com a construção de um novo estacionamento, uma intervenção municipal, e nós estamos a intervir na área que está neste momento indicada a azul.

Muito rapidamente só para se perceber, relativamente à história de Leiria, o que é que é o chamado Rossio. Os rossios são áreas que são ganhas aos rios, por ocupação de zonas inundáveis. Isto aconteceu em Lisboa, acontece em muito outro lado, o Rossio ao sul do Tejo o que é senão de facto, uma ocupação de uma área destas e Leiria também tem o seu Rossio. Do ponto de vista de topónimo, também se chamou em tempos, o Rossio de D. Luís I. E portanto, é esta área que aparece numa planta de meados do século XVIII, onde de facto a cidade de Leiria pela primeira vez, nos aparece desenhada. Na chamada planta de 1809, também aparece muito claro toda a mancha do Rossio de Leiria, com uma grande área junto ao Centro Histórico e que de facto, foi ganha no final do século XVII, pela mudança da posição do rio, que inicialmente como sabeis se aduçava às próprias construções e que veio a ser regularizado precisamente nessa altura.

Para termos uma ideia da evolução que isto teve, este grande espaço que a cidade utilizou até sempre, até o automóvel aparecer na nossa cidade, ele foi, numa primeira fase um espaço amplo. Vemos aqui já o início da construção do Marachão, final do século XVII, e antes de 1882, no final do século XIX, a construção do jardim nesta data. E isto, permite-nos ver que há uma transformação substancial neste espaço, em relação àquilo que é a actualidade. Nós vamos ver agora, naquilo que é o espaço actualmente, o que é que o automóvel foi ganhar em termos de espaços que teriam ou poderiam ter tido e que, podem naturalmente vir a ter, é esse o objectivo do Programa Polis, um outro carácter em termos da sua utilização.

Duas imagens, para podermos ver a mancha que o automóvel veio ocupar nesta área central da cidade e a parte relativamente reduzida. Nós temos aí indicação relativamente à área, quer ao total da área de intervenção, quer à área que está ajardinada e vamos ver que de facto o automóvel tem aqui um peso enorme na ocupação do espaço.

Alguns aspectos relativamente à situação antes da intervenção, nomeadamente com locais que estão hipotecados completamente à utilização do automóvel e outras



áreas também e temos aqui assim uma visão global. Desta área, a área de intervenção são cerca de três hectares, no qual o jardim ocupa cerca de sete mil e duzentos metros quadrados. Não é propriamente uma área bastante grande, mas é razoável do ponto de vista central da cidade e é nesta área que nós vamos interferir. Aquilo que nós temos neste momento ou tínhamos antes da intervenção, porque entretanto há aquela fase que também já requalificou a área frente à Caixa Geral de Depósitos, era esta a mancha que era ocupada pelo automóvel. Portanto aqueles doze mil e quatrocentos metros quadrados, eram exclusivamente de utilização do automóvel.

Em termos do projecto, o objectivo final é, cumprindo todas as orientações que foram dadas, quer em sede da discussão pública do próprio plano de pormenor que suporta do ponto de vista da sua essência este projecto, quer do ponto de vista de todas as orientações que foram dadas, pelas mais diversas manifestações, que se faça a ligação entre o Centro Histórico e o rio. É este o objectivo.

O projecto em si, o que é que vai contemplar, contempla uma extensão do próprio jardim, no sentido do Largo do Papa, é determinante também que certos eixos que neste momento estão truncados pelo próprio desenho do espaço sejam reactivados, este eixo é importantíssimo, o eixo central, no sentido da Avenida Heróis de Angola para o peão, chega-se ao fim do jardim e está-se num espaço que não tem continuidade e há que de facto restituir estas ligações.

O projecto que foi desenvolvido pela equipa, no final teremos um slide com indicação de todos os elementos da equipa, pela BioDesign, valorizou e pretende valorizar quer estes eixos quer outros eixos, que do ponto de vista visual, são importantes na definição do espaço.

Por outro lado, o jardim tem uma característica física, que de facto nos termos da referência para a elaboração deste projecto, foi considerado como um dado importante. É um jardim do final do século XIX, com alterações que foram posteriormente introduzidas, mas que tem um carácter próprio, com uma topiárea específica relativamente às envolventes dos próprios bancos, os chamados *champs verts*. Portanto, há ali um conjunto de elementos de arquitectura paisagística, que foram importantes deixar preservado, mas, tentando na estruturação do próprio espaço, dar-lhe um novo carácter de modernidade, dado que é esse um dos objectivos também da intervenção Polis, no sentido de trazer às cidades onde este programa está a ser desenvolvido, uma nova característica física.



Só para terem de facto a ideia, relativamente ao que está aqui previsto, prevê-se áreas pedonais e de pavimentação, todas estas áreas a cinza, ao jardim é também permitida uma nova permeabilidade relativamente a certos acessos, este acesso central que termina com o próprio Banco de Portugal, é um espaço que vai ser aberto e permitir uma ligação mais franca entre o próprio jardim e a outra zona construída do próprio Rossio. E a intervenção, acabou por necessariamente ter que realocar um conjunto de elementos que são importantes, quer do ponto de vista de arte pública, quer das referências que a própria cidade tem, nomeadamente o Papa, que estava colocado nesta localização, mas num local que quem sai do jardim o encontrava pelas costas, de certo modo virado naturalmente para o sítio onde ele em 1967 passou, e a posição que foi encontrada, quer pelos projectistas quer pelo próprio escultor, João Charters de Almeida, que colaborou naturalmente na localização, foi para uma posição mais central, relativamente a toda a área onde ele está localizado, numa posição em que aparece à direita de quem sai do jardim, numa posição muito mais afável, do ponto de vista da relação com o peão.

A estátua do Pastor Peregrino, vai-se manter no local onde tradicionalmente está, por razões da abertura que é necessário fazer relativamente a este eixo central, a estátua de Luís de Camões vai ganhar uma posição também de acordo com o próprio escultor, Fernando Marques, uma nova posição mais dentro do jardim e não no local como ela estava, rodeado de pedra, mas numa área mais verde.

No essencial, aquilo para que aponta o projecto, é para uma requalificação de toda esta área, em termos de pavimentações, requalificação do jardim. Queria só acrescentar para esclarecimento, que estas áreas que nos aparecem aqui, com uma cor mais carregada, tem a ver com o próprio projecto. São áreas em que os canteiros são tratados de uma forma cromática, portanto com utilização de herbáceas e de flores, que permitem um maior cromatismo e quer todo o percurso da alameda Lopes Vieira, quer o próprio tratamento da possibilidade de uma acessibilidade a deficientes a toda esta zona, irá ser também renovado. Completando este espaço e de acordo com a própria orientação do projecto, há um corredor central, que permite naturalmente que exista em determinadas condições e de uma forma que terá que ser naturalmente criteriosa, a circulação viária. Isto está assegurado por este eixo central, que com uma faixa de rodagem com dois sentidos, permitirá fazer essa ligação, no caso de isso ser entendido. Só para vermos o que é que aconteceria, no



caso de voltarmos novamente ao espaço que o automóvel utilizava sobre esta área, que eram os tais doze mil e quatrocentos metros quadrados.

Nós vemos, que de facto, o ganho para o peão relativamente a esta área, é muito significativo e de grande interesse, no sentido de criar um pólo de atracção no centro da cidade, que é um elemento determinante, para a revivificação do Centro Histórico. É preciso nós pensarmos, que esta intervenção, todo o seu carácter, em termos do que foi pensado relativamente aos efeitos que ela irá provocar, isto é uma matéria que está mais do que descrita em inúmeras cidades na Europa e em Portugal também, em que este desenvolvimento veio a melhorar situações relativamente aos centros históricos, é portanto essencial.

Só para completar, este trabalho não é independente de toda a intervenção do programa Polis e chamava a atenção, para o desenvolvimento do projecto final que neste momento não está ainda completo, dada a presença dos actuais campos de ténis. Mas todo o projecto de requalificação do parque Coronel Jaime Filipe da Fonseca, está naturalmente interligado com a utilização do espaço do Rossio, na continuidade do corredor verde que este sistema de tratamento das margens do rio, desde o IC2 até São Romão, tem vindo a desenvolver. Este local é um local privilegiado, central e cuja atractividade tem que ser de grande qualidade e é esse também o objectivo deste trabalho.

Esta foi de facto a equipa que desenvolveu todo o projecto, eu naturalmente não me queria alongar muito mais, sei que têm ainda imensas coisas para discutir e se houver qualquer dúvida ou se a senhora Presidente quiser fazer alguma intervenção sobre isto, estarei à disposição para os devidos esclarecimentos.

Vamos passar muito rapidamente e daria a palavra à minha colega Ana Ascensão, que irá dar-vos conta daquilo que está a ser feito, quer no âmbito do trabalho específico da comunicação, quer da minimização do impacto das próprias obras.

DR.ª ANA ASCENSÃO (SOCIEDADE LEIRIAPOLIS)

Boa noite.

O meu nome é Ana Ascensão, trabalho na Sociedade LeiriaPolis.



Depois de apresentado o projecto, venho falar sobre a empreitada, nomeadamente sobre algumas das opções que foram tomadas e que, são visíveis por todos os cidadãos da cidade de Leiria.

Antecedendo o lançamento da empreitada, no dia 1 de Março, foi realizado um trabalho de preparação com as mais diversas entidades e com a autarquia. A preocupação maior, de todos, foi a minimização do impacto da obra e de facto foram realizados alguns levantamentos e alguns trabalhos preparatórios, precisamente para evitar ou minimizar os incómodos que iriam ser causados em toda a cidade. E de facto, há incómodo e vai haver, a obra vai-se desenrolar até ao final de Setembro, acreditamos que é este o prazo e que vai ser cumprido.

Em todas as empreitadas que a LeiriaPolis implementou e em todas as sociedades Polis, geridas pela Parque/Expo, porque não foi o modelo implementado aqui em Leiria pela primeira vez, mas nas dez cidades que a Parque/Expo tem no contrato de mandato para gerir, foi implementado e associado a todas as empreitadas, um plano de gestão ambiental. Este plano, tem como objectivo máximo, minimizar os incómodos junto das populações e tem a ver não só com questões relacionadas com o ambiente, nomeadamente resíduos, nomeadamente questões de ruído, pó, águas, etc., todas estas questões quando estão directamente relacionadas com a empreitada, mas também com algumas medidas de sócio-economia. E aqui, é que de facto entram as nossas preocupações e o trabalho, porque este projecto foi começado a trabalhar com alguma antecedência e a proposta que inicialmente foi apresentada, aliás foi apresentada no dia 17 de Janeiro em Conselho Municipal de Trânsito, foi sofrendo alguns acertos relativamente à formulação inicial.

A proposta de desvio de trânsito, que já foi aprovada em reunião de Câmara no dia 9 de Fevereiro, previa a proibição à circulação de veículos com algumas excepções, que se mantêm ainda actualmente em relação à circulação de cargas e descargas em horário próprio, veículos prioritários, veículos afectos a obras de reabilitação de edifícios, que decorrem nas imediações e veículos de residentes quando utilizados para cargas e descargas, foram consideradas aqui situações de excepção.

A circulação dos transportes públicos, foi uma decisão relativamente a esta circulação, da própria Câmara Municipal de Leiria, por questões de segurança, que durante o período da obra não circulassem naquela frente de obra. Em paralelo, foi necessário definir zonas para cargas e descargas e um horário associado a estas funções. Foi contactada a ACILIS, foram promovidas duas reuniões, primeiro com a



ACILS e foi proposto um horário de cargas e descargas, em algumas zonas que sofreram alguns acertos. Neste momento o horário é restrito, ou seja, há um horário das sete e meia às dez e meia e das dezoito às vinte horas. E porquê, porque em toda a frente de estaleiro há entradas e saídas de veículos e porque na situação futura, tal como foi apresentado no slide anterior, não há espaços marcados para cargas e descargas, assim como não há espaço limitado para estacionamento, em toda aquela área em frente ao Banco de Portugal, nem para viaturas nem para cargas e descargas. Ou seja, toda esta área é absolutamente franca, todos os espaços são circuláveis e galgáveis por viaturas, que deverão carregar e descarregar em horário próprio, à semelhança do que acontece em outras zonas similares, nomeadamente em Lisboa, Coimbra etc. Este horário não é definitivo, está em teste, e estamos a ver de que forma, claro que a Câmara terá a última decisão, é que será mais adequado, mais prático ou menos prático.

Estas questões causaram alguns estorvos de início, foi necessário também fazer alterações, nomeadamente na praça de táxis e nas paragens de autocarros, a praça de táxis foi realocada e provavelmente, esta será também uma situação que terá que ser revista futuramente, porque no sítio onde estava, no Largo do Papa, não vai ter espaço nessa zona porque o jardim vai avançar sobre a Rodoviária. Houve uma série de outras questões que se prenderam com este desvio de trânsito, nomeadamente o condicionamento de entradas e saídas do parque de estacionamento do edifício Zara, que não foi fácil resolver, porque toda aquela zona, junto ao Largo das Forças Armadas, tem trânsito condicionado. Neste momento está resolvido, para esta primeira fase da empreitada, que vai decorrer sensivelmente até Agosto, e depois terá que se aferir, para este desvio de trânsito e para este corte de trânsito, foi a solução encontrada e eu mais à frente irei justificar as razões.

Foi necessária a contratação de um gratificado da PSP, que esteve no Largo da rotunda da Fonte Luminosa, do dia 1 de Março ao dia 31 de Março, catorze horas por dia, a permitir o acesso e a condicionar toda aquela frente de obra. Era de facto incomportável manter durante os sete meses que vai durar a empreitada, gratificados a fazer estas funções no local. Qual foi a opção?

Foi sensibilizar todos os comerciantes de modo a continuarem a cumprir os seus horários de cargas e descargas e os compromissos que tinham sido realizados, para que tudo isto continue a funcionar com alguma normalidade e neste momento está a funcionar.



Relativamente ainda à questão dos comerciantes e às diversas entidades, todas estas questões que se prenderam com este desvio de trânsito, foram vistas previamente com uma série de organismos, nomeadamente foi a Rodoviária do Tejo que sugeriu toda a alteração do tráfego das camionetas, pela Rua Comissão de Iniciativa, porque a proposta inicial era que, continuassem a passar na frente de obra. Foram feitas reuniões parcelares com o parque de estacionamento da Fonte Luminosa, com a ANTRAL e com a Federação Portuguesa de Táxis, porque a realocização da praça de táxis, iria obrigar também a alguns acertos.

No que toca aos comerciantes, que é um dos grupos mais afectados nesta questão, foi feito um contacto prévio, porta a porta e um levantamento de todos os comerciantes, desde o Largo da Fonte Luminosa até ao início da Avenida Heróis de Angola. Depois de reuniões prévias com a ACILIS, foram convocados para uma sessão de esclarecimento, ainda em Fevereiro, para levantar todas estas questões e ver que excepções é que deveriam ser autorizadas, nomeadamente cargas e descargas. A Zara tem horários próprios, a Lanidor tem horários próprios, a farmácia é uma entidade à parte. Os comerciantes têm vindo a sugerir algumas questões a implementar, tem-se mantido este contacto praticamente diário e está agora a ser lançada, que deve estar a chegar a todas as caixas do correio, uma campanha de informação, que visa a dinamização do comércio do Centro Histórico.

Foi pedida por nós, perante o estacionamento da Fonte Luminosa, uma reunião, que acabaram por ser três ou quatro, em que estiveram delegações de comerciantes e conseguiu-se que o parque de estacionamento criasse medidas, ou seja, um programa de senhas, a um preço quase simbólico para os comerciantes, que são oferecidas aos utentes e aos clientes das suas lojas.

Em paralelo, a partir do início de Maio, que é a altura em que se justifica, ou seja, já há pó suficiente, todas as semanas irão passar brigadas de limpeza em montras e portas ao nível do rés-do-chão, em toda a envolvente do estaleiro.

Estas medidas já foram implementadas noutras empreitadas da LeiriaPolis, nomeadamente no Largo de Infanteria 7 e em toda a frente da Rua Comissão de Iniciativa, estão a cargo da Cerciserve, uma empresa da Cercilei, que desenvolve actividades na área de jardins e lavandaria e que a nosso pedido, desenvolveu esta frente de trabalho.



Os comerciantes mais afectados aqui, são efectivamente os da frente do jardim e a Cervejaria Camões, o Bar Sabor Latino, porque estão mesmo no meio do jardim. Para eles, foram desenvolvidas acções especiais. Vai ser implementada, já está em fase final de produção, sinalética própria, de modo a que os incómodos sejam minimizados e haja alguma contrapartida, em termos de visibilidade.

No que toca especificamente à obra, porque estas questões têm levantado algumas perguntas, tanto de comerciantes, como de moradores, como da comunicação em geral em toda a empreitada e implementado o plano de gestão ambiental, tem-se procurado o máximo reaproveitamento e valorização de todos os resíduos e elementos imateriais. Ou seja, tudo o que foi caixas de correio, contentores de RSU, ilhas ecológicas, os parquímetros, o conteúdo de roupa, cabinas telefónicas, estruturas, foram devidamente e com o apoio da Câmara Municipal de Leiria, retiradas pelos seus concessionários.

Relativamente a todas as estruturas que eram passíveis de valorização, nomeadamente o posto de informação Polis, arbustos e espécies arbóreas e mobiliário urbano, estas vão ser reaproveitadas pela Câmara em outros locais. O posto de informação Polis, vai ser uma estrutura de apoio a actividades educativas da Escola Básica da Quinta do Alçada, o mobiliário urbano vai ser reaproveitado, como por exemplo os candeeiros da frente do Banco de Portugal, irão para a frente da nova Casa Mortuária e relativamente à questão do jardim, que é uma questão que nos preocupa de sobremaneira, foi pedido pela Sociedade LeiriaPolis e neste caso encomendado um levantamento e um estudo fitossanitário, para todas as árvores do jardim. Foi feito o levantamento uma a uma e nos casos em que por questões de doenças, ou mal acompanhamento, ou o que quer que seja, foram diagnosticados dois casos de árvores irrecuperáveis, que vão ser replantadas, nomeadamente o único teixo existente em Leiria e uma magnólia que irá ser repostas. Todas as espécies a retirar, tanto arbóreas como arbustivas, no âmbito da nossa empreitada, porque nomeadamente tudo o que ficou entre o jardim e a Rodoviária, todas aquelas árvores e arbustos e algumas espécies do próprio jardim, em termos de espécies arbustivas, a Divisão de Espaços Verdes da Câmara Municipal de Leiria, fez a sua recolha e irão ser reaproveitadas em outros pontos da cidade.

Isto porque, às vezes, estas questões passam-nos um bocadinho ao lado e há preocupações que não são tão visíveis e efectivamente, esta obra vai incomodar



necessariamente. A questão aqui está em acompanhar o mais possível e criar mecanismos que minorem um bocadinho as consequências desta intervenção.

Para isso, também foi feita uma campanha de informação, que teve início um mês antes, com uma campanha de rádio em duas rádios locais, anúncios de imprensa de página inteira nos três órgãos, Região de Leiria, Jornal de Leiria e Diário de Leiria, uma produção de cinquenta mil dípticos, um info-mail de quarenta e três mil destes dípticos para todas as caixas postais do concelho, quinhentos cartazes, informação à imprensa e agora vai sair esta campanha de apoio ao comércio local.

Só para terminar e porque estão passados quase dois meses desde o início da obra, e porque nos colocam diariamente estas questões, os comerciantes que estão do outro lado da vedação e os moradores dos prédios, se junto à Rodoviária ou ainda no Largo 5 de Outubro, a obra está atrasada, ou se o planeamento está a ser cumprido, não se vêem trabalhos, etc., podemos afirmar que o planeamento está a ser cumprido. Esta solução, de tomarmos todo este espaço público, foi só e somente, pela garantia de termos cumprido um prazo de obra e não haver mais alterações em termos de trânsito viário. Esta foi a melhor forma nesta primeira fase.

Foram feitos todos os trabalhos invisíveis e eu passo a citar porque não é a minha área: foi colocada a vedação de estaleiro, remoções e realocações de todas essas infra-estruturas, o cadastro das infra-estruturas existentes que as diversas entidades não possuíam a maior parte das vezes, infra-estruturas de abastecimento de águas, energia eléctrica, drenagem de águas pluviais, drenagem de águas residuais, demolições, inícios de trabalhos de construção civil, nomeadamente os sanitários que foram demolidos e que estão agora em construção e trabalhos de construção da rampa de acesso ao Marachão e às bancas comerciais. Ou seja, os painéis que estavam junto à Rodoviária foram retirados, peça a peça, apesar de muito danificados, porque nessa zona vai ser criada uma rampa de acesso ao Marachão, que possibilita o acesso à frente de rio, a pessoas com mobilidade condicionada.

Debaixo dessa zona, irão ser construídas duas bancas comerciais, quiosques pequenos, que irão ficar ali junto à entrada da Rodoviária.

Relativamente à obra, ainda, tudo o que está neste domínio do invisível, está agora a começar a mexer à superfície. Amanhã ou segunda-feira, vai ser começado a colocar o lancil de toda a parte do arruamento e estão também em curso algumas obras que têm criado alguma confusão, que são obras da EDP e da LeiriaDigital, isto é, houve



necessidade de compatibilizar estas empreitadas e é isso que está a ser feito no terreno.

Eu coloco-me também à disposição para qualquer esclarecimento, aliás, em todos os folhetos e em toda a informação, o número de telefone da LeiriaPolis está disponível e os nossos contactos são para ser utilizados. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Este assunto não é para discussão, era para apresentação. De qualquer modo, uma vez que nos foi facultada essa possibilidade, de colocar algumas questões, eu deixo uns minutos muito curtos, apenas para alguma pergunta que tenham interesse premente.

Faça favor senhor Deputado José Augusto Esteves.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (CDU)

Fomos nós, que na altura e face a não haver um plano de pormenor, que esta Assembleia tem a obrigação de aprovar, o direito, é uma competência, tínhamos feito uma proposta alternativa no sentido de, para não inviabilizar a continuação das obras e sempre que fosse necessário, porque podia ser justo, embora não caiba em nenhum quadro legal, naturalmente, podermos eventualmente resolver um problema que temos, que é o problema de estarem a avançar obras, sem haver um plano aprovado por esta Assembleia.

Eu agradeço o facto de o terem trazido aqui, isto deveria ter vindo na outra Assembleia, como tínhamos proposto, antes de arrancarem as obras, mas há aqui naturalmente, um problema de fundo que é o seguinte:

Toda a gente pode saber, a cidade, os comerciantes, todo o mundo está de acordo, o que até acho muito estranho e por isso digo francamente, será que sou eu que tenho uma mentalidade diferente? Toda a gente está de acordo com isto!

Ninguém se questiona, por exemplo, que o canal natural de interpenetração da cidade norte/sul seja interrompido? Ninguém tem dúvidas? É interessante. Ninguém se questionou, quando se pôs esta ideia central, de ligar o Centro Histórico ao rio, que é uma boa ideia, mas era uma boa ideia com um túnel por baixo. E agora, ninguém se questionou acerca do que pode acontecer? Rarefacção demográfica!



O senhor Vereador da Cultura, acabou de nos dizer há bocado, que às dez da noite a Avenida Heróis de Angola estava deserta. Às nove, senhor Vereador, a Heróis de Angola, aqueles espaços estão demograficamente rarefactos. Onde é que estão as âncoras para revitalizar a ligação ao Centro Histórico? É que a gestão do automóvel também precisa de ser considerada neste quadro e a minha grande dúvida, é esta proposta de ruptura sem mais quê e eu pergunto, quais dois problemas que um Centro Histórico tem hoje? Toda a gente sabe. É o problema da satisfação residencial, que é baixa, é fraca.

Eu sei que é muito aborrecido estarmos a discutir isto aqui, até posso não o fazer. A verdade é que, eu estava a pensar que isto vinha aqui para aprovar e não vem. É só para apreciar. E a questão que coloco, é exactamente esta, é que há dois problemas, o da satisfação residencial e é o problema da mobilidade. E se o automóvel anda muito longe, se a gente tem que ir para o Centro Histórico de propósito para dar a curva outra vez pela Heróis de Angola, eu temo, que os pressupostos que este espaço tem para a revitalização, acabem por ser contraproducentes e acabem por ser elementos que poderão de alguma forma, contrariar políticas dinâmicas, que estão a fazer um esforço no sentido da revitalização do Centro Histórico.

Fico com a sensação de que mais ninguém tem dúvidas, só eu. E vou fazer uma recomendação, se couber, no sentido de, ser reposta uma via ou pelo menos fazer um apelo à reflexão. Bem, e quando não temos circulares externas e se pensa fazer um centro comercial lá em baixo, não sei o que vai ser.

Senhor Presidente, a questão que coloco é esta: é só para apreciação?

Então ficamos na mesma.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

É assim que está na ordem de trabalhos senhor Deputado. Mas naturalmente que as suas propostas podem ser acolhidas.

Tem a palavra agora o senhor Deputado Pedro Biscaia.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Pedro Biscaia, Partido Socialista.

A intervenção do Deputado Augusto Esteves, poupou-me imenso tempo, porque muita da argumentação que ele utilizou, é a mesma que eu tenho. Há apenas aqui uma nuance de diferença, porque, eu, como é sabido, embora noutras funções que não partidárias, obviamente, e o Deputado José Augusto também noutras funções,



fomos dos poucos que nessa altura estivemos ao lado da Câmara, na defesa da questão do túnel, embora, tecnicamente nunca o tivéssemos discutido, porque não tínhamos sequer capacidade para isso, mas da sua solução.

O que eu quero dizer é que, a prova evidente de que o corte radical do trânsito, é uma má solução, é a experiência que agora se passa. Disse-o o Vereador Vítor Lourenço, a propósito do Teatro José Lúcio da Silva, di-lo concerteza qualquer automobilista, que venha às oito e meia da manhã de norte, ou da Marinha Grande, ou da estrada da Rua Comissão de Iniciativa, ou da Rua de Tomar, isto é, aquelas ruas, não têm vocação nem capacidade de absorver todo o fluxo automóvel, que por ali passa. Mas também quero recordar aqui o seguinte:

Quando foi da apresentação deste mesmo projecto, na Biblioteca Municipal, a senhora Presidente da Câmara, Dr.^a Isabel Damasceno, comprometeu-se, julgo eu que posso dizer assim, porque concordava com as propostas, de que fosse mantido a circulação automóvel nos dois sentidos, embora condicionada à velocidade a trinta quilómetros por hora e o perfil da estrada ficasse ao nível da calçada. Ou seja, quem quisesse fazer o atravessamento da cidade pelo tal canal que o Deputado Augusto Esteves referiu e muito bem, o canal que devido à morfologia da própria cidade, indica que o tem que ser, não tem que haver uma ruptura, isto é, a cidade é um oito e se o cortassem, ficava transformado em dois zeros, ou seja em nada, e portanto, não havendo de facto as circulares externas, é efectivamente um risco de gangrena para toda a zona central. E portanto, quem quiser fazer o atravessamento tem que procurar as outras alternativas. Mas esta solução conciliatória do pedonal que é importante e das áreas convencionais com a circulação automóvel, permite a acessibilidade e a mobilidade ao Centro Histórico.

Só mais uma coisa.

Caros amigos do Leiriapolis, é da vossa responsabilidade a rotunda dos "Calhaus"?

Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Alguém mais quer usar da palavra?

A senhora Presidente da Câmara pediu para dar esclarecimentos. Faça favor!



PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Queria só dar aqui algum complemento informativo, relativamente à apresentação que o Arquitecto Figueiredo fez, que julgo que é importante e queria fazer algum bocadinho de história.

Este projecto do Rossio está enquadrado num plano de pormenor, no âmbito do Programa Polis, Plano de Pormenor Leiria/Centro. Esse plano de pormenor teve os seus trâmites, já evoluiu e uma das fases do plano de pormenor foi a discussão pública. Portanto, este projecto está incluído num plano de pormenor que já foi a discussão pública.

É preciso notar-se que quer a Câmara Municipal de Leiria quer a Sociedade LeiriaPolis, ao fazerem estas intervenções, não as fazem para si, fazem-nas para a cidade e para os leirenses. E a discussão pública, como é sabido, pôs em causa, com uma adesão muito significativa do ponto de vista de apresentação de propostas, a solução do túnel. Quando ponderou na alteração desta filosofia, a Câmara de então teve em conta exactamente a posição que foi assumida na discussão pública, ou seja, ninguém quer fazer coisas que os leirienses não queiram. Nós não estamos aqui para fazer coisas que gostemos mais ou gostemos menos, devemos fazer aquilo que a população aceita como melhor e a desistência do túnel, foi derivado claramente da discussão pública. Não há dúvida nenhuma. Houve um abaixo-assinado, com variadíssimas páginas de assinaturas, de condenação dessa solução. Toda a gente sabe qual era na altura a minha convicção, que era uma boa solução.

Na altura, na sequência da rejeição da ideia do túnel, também foi sustentada num projecto, num estudo que a Sociedade LeiriaPolis encomendou, que foi apresentado, que dizia que efectivamente o túnel não seria necessário e que poderíamos encontrar ali uma zona pedonalizada sem atravessamento, porque funcionaria o estudo que foi apresentado e que foi elaborado na altura pelo CESU, que nos deu esta ajuda do ponto de vista decisório.

Actualmente, qual é o ponto da situação:

Já se percebeu, que o funcionamento que neste momento a cidade está a ter, está-nos a dar aquilo que o Deputado Pedro Biscaia disse, isto é, está-nos a permitir tirar conclusões, inclusivamente nas horas de ponta há estrangulamentos pontuais em certas zonas da cidade. Eu acredito que, com a construção do IC36, o alargamento



do IC2, o fecho da circular norte isto se resolva, mas neste momento nós não temos estas vias. E não tendo estas vias, é mais que evidente que aquele corredor que ali passa vai ser necessário, com passadeiras localizadas que permitam a circulação pedonal, que contemple claramente um alargamento de zona pedonal retirando estacionamentos. Isso já se percebeu. Eventualmente pode reduzir-se ou restringir totalmente a circulação de viaturas pesadas, que se calhar não têm necessidade nenhuma de irem por ali, têm outras alternativas. Agora, a minha opinião é de que faz sentido e o projecto está a ser desenvolvido, tal e qual como disse o Arquitecto Figueiredo, a contemplar um corredor, com dois sentidos, onde passem perfeitamente viaturas, sem haver qualquer tipo de constrangimento.

Era um pouco isto que eu queria esclarecer, completando que o plano de pormenor, naturalmente senhor Deputado Augusto Esteves, é obrigatório vir à Assembleia Municipal, ninguém tem dúvidas nenhuma. Está na fase final, em termos de reuniões com a Comissão Técnica de Acompanhamento, e depois virá aqui à aprovação. Já sabemos que o plano de pormenor não tem só o Rossio, é mais abrangente e aí, poderão pronunciar-se, da mesma maneira que estes planos de pormenor são muito participados, há um envolvimento da população desde o princípio. E uma nota final de que todas as intervenções que estão a ser feitas, no âmbito da LeiriaPolis sem planos de pormenor aprovados, estão a ser feitas no espaço público, ou seja, onde há liberdade de intervenção desde que não contrarie o PDM. Isto é apenas o enquadramento da situação do ponto de vista legal.

A obra em si é perturbadora do funcionamento da cidade, é um facto, nós estamos em permanente articulação com a Sociedade LeiriaPolis para minimizar esses efeitos, mas não podemos fazer de conta, porque aquilo perturba. Não há dúvida. É uma intervenção de grande significado, é uma área muito extensa, em que perturba o funcionamento da cidade. O que temos que fazer obrigatoriamente é que os prazos sejam cumpridos, que a obra termine na data prevista e à medida que vamos completando alguns troços, permitir a circulação. Portanto tem que haver uma capacidade de maleabilidade por parte de quem está a fazer a obra e da nossa parte, para minimizar a perturbação que está a causar, particularmente aos comerciantes. Eu também não vejo que haja outra possibilidade de fazer obras sem perturbar e a opção técnica de perturbar de uma só vez é melhor do que andar a perturbar sucessivamente.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Eu pergunto agora ao senhor Deputado José Augusto Esteves, se isto se conforma um pouco com a recomendação que tinha colocado.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (CDU)

Eu vou retirar a proposta de recomendação, porque quero acreditar que há de facto, da parte da senhora Presidente, o compromisso que aqui é assumido perante a Assembleia Municipal e portanto, não faz sentido estar a propor a recomendação.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Assim sendo, terminámos a apreciação do ponto n.º 4 e passaríamos ao ponto n.º 5.

5. PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA, A SOCIEDADE “LEIRIA POLIS, SOCIEDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA POLIS EM LEIRIA, SA”, SOCIEDADE “MARTINS E GAMEIRO, LDA” E MANUEL OLIVEIRA E SILVA E ALZIRA DA COSTA E SILVA – Apreciação, discussão e votação;

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

A senhora Presidente deseja dar um esclarecimento prévio? Faça favor!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente, fazia só uma introdução e se me permitir, passaria depois a palavra ao senhor Arquitecto Figueiredo, uma vez que este protocolo foi elaborado e negociado pela Sociedade LeiriaPolis, embora a Câmara também intervenha como terceiro outorgante.

Relativamente as campos de ténis, que neste momento ainda se encontram no parque da cidade, está previsto desde o início no Programa Polis que venham a ser transferidos para uns terrenos que ficam mais ou menos numa zona em frente à ETAR das Olhalvas. Os terrenos não são ainda propriedade da Câmara e portanto a proposta de protocolo que aqui vem, é para permitir a ocupação dos terrenos de uma forma antecipada, mediante alguma negociação que foi feita e que eu pedia então ao Arquitecto Figueiredo para explicar.



ARQUITECTO ANTÓNIO FIGUEIREDO (SOCIEDADE LEIRIAPOLIS)

Eu penso que é do conhecimento dos membros desta Assembleia, o conteúdo do documento que foi elaborado pela Câmara Municipal, com o apoio naturalmente da Sociedade LeiriaPolis, relativamente a este protocolo. E queria esclarecer um primeiro aspecto:

O plano estratégico do Programa Polis, define áreas sujeitas a um regime de peri-equatação. Este plano estratégico, foi um acordo estabelecido entre o Ministério das Cidades, na altura era Ministro o Eng.º José Sócrates, e a Câmara Municipal, e foi subscrito em 30 de Outubro de 2000. Ele definia o conjunto de orientações para elaboração do Programa Polis em Leiria, e, dizia que em determinadas áreas, que pela sua característica e pela sua sensibilidade, deveriam ser criados critérios de peri-equação

O plano de pormenor que abrange esta área, é o PP1. É um plano, que está neste momento a aguardar que a Comissão Técnica de Acompanhamento dê instruções para ir para discussão pública. Ele está concluído e portanto irá, logo que saia essa indicação.

Esta área que vemos aqui e que corresponde ao local que foi definido como uma área sujeita a peri-equação, localiza-se junto à variante sul, logo na margem direita do rio, a montante da ponta da variante sul, sobre o rio Lis. Isto que vêem aqui já é a estação de tratamento, a urbanização de São Romão e um pouco da área que neste momento já está a ser intervencionada pelo Programa Polis. O plano de pormenor para esta área foi, definir de acordo com as características do local, uma edificabilidade, que permitisse cumprir com os critérios da peri-equação.

A peri-equação é uma matéria que está definida na legislação actual, sobre urbanismo, é uma matéria relativamente recente, tem seis anos, é uma legislação portuguesa, mas no essencial, define que determinada intervenção deve ser distributiva, no sentido da equidade entre o interesse privado e o interesse público. Nesse sentido, o que foi feito foi, determinar uma edificabilidade para aquele terreno, que cumprisse critérios urbanísticos concretos, aquilo que era correctamente aplicável naquele local e que permitisse fazer a construção dos campos de ténis numa situação melhor, relativamente à localização que neste momento têm que como sabem, são campos de ténis municipais no parque da cidade, com outra possibilidade em termos de dimensionamento de infra-estruturas e naturalmente com outro enquadramento. Essa edificabilidade e também de acordo com estes



critérios, foi estabelecida entre a Sociedade Leiria Polis e os proprietários, dentro da perspectiva de ser possível, num prazo de tempo razoável, a conclusão do plano de pormenor, em que a Sociedade Leiria Polis executaria aquilo que seriam as infra-estruturas do loteamento, executaria toda a parte dos campos de ténis e do arranjo verde envolvente e que esta construção, seria no fundo, à custa da edificabilidade prevista para ali. Portanto, não haveria propriamente a intervenção de dinheiros públicos nesta operação.

Ora, esta situação, dado o prolongar-se no tempo o plano de pormenor, veio a verificar-se ser difícil conseguir, nesse período de tempo, concretizar a operação, dado que, o primeiro protocolo que foi estabelecido entre a Sociedade Leiria Polis e os proprietários, pressupunha que o plano de pormenor estaria aprovado, para se poder fazer toda esta operação. Para concretizar a operação e para se perceber como é que se iria executar, a LeiriaPolis ficaria, no fundo, dos seis lotes previstos, com quatro e os proprietários, ficariam com dois. E porquê? Isto porque, dado que o critério de peri-equação que estava previsto nos termos do plano estratégico, definia que esta operação era uma operação em que não haveria propriamente receitas dela, nem era uma operação especulativa, as receitas desta operação seriam necessariamente da construção para a cidade, de um equipamento que lhe era essencial. E a área remanescente, que derivava da mesma operação, seria para ressarcir no fundo, os proprietários, da entrega desse terreno para este equipamento de interesse público.

Ora, muito rapidamente, o plano estratégico definiu as áreas sujeitas aos critérios de peri-equação, o plano de pormenor definiu a edificabilidade, e no fundo, os proprietários cediam o terreno. A LeiriaPolis executava as obras de urbanização e ficava com os quatro lotes, como já foi referido, os proprietários com dois lotes para pagamento do terreno e este protocolo inicial só seria válido, com a entrada em vigor do plano de pormenor. O que se veio a verificar foi não ser possível assegurar em tempo útil, a aprovação do plano.

Foi possível, com a reprogramação da intervenção, considerar os investimentos a candidatar aos financiamentos comunitários, a execução destes arranjos exteriores do campo de ténis, nomeadamente com uma candidatura ao Programa Operacional do Ambiente, havia necessidade de aproveitar esta possibilidade e de transferir os



campos de ténis para aqui, dado que o Programa Polis tem um horizonte temporal e portanto, era aproveitar esta sinergia, formalizar este acordo que assegurasse a cedência dos terrenos para a execução dos campos de ténis e atender a este calendário da LeiriaPolis. Estas foram as considerações.

Como é que se procurou resolver isto? Naturalmente com uma negociação com os proprietários, em que se considerou o seguinte:

A LeiriaPolis constrói os campos de ténis e a zona verde envolvente, as infra-estruturas do loteamento passam a ser da responsabilidade dos proprietários, e como compensação dessa situação, passarão a ficar com dois lotes, para além dos previstos no protocolo inicial e que dizem respeito à cedência do próprio terreno, e a Câmara Municipal, irá assegurar a continuidade da formalização do plano de pormenor, caso mesmo não esteja aprovada durante a existência da LeiriaPolis e garantir o cumprimento do protocolo nos seus termos, nomeadamente no caso de não ser aprovado o plano.

Eu queria explicar agora, como é que se chegou a esta situação, de haver dois lotes, para compensar a execução das infra-estruturas. Tem a ver com o critério que foi utilizado desde o princípio, para se estabelecer os valores de toda esta intervenção.

Foi considerado, que há uma determinada massa edificativa, que tem um custo em termos de mercado, que corresponde ao custo de mercado que existe neste momento em Leiria e que foi considerado com um valor de quarenta e cinco mil escudos por metro quadrado, a venda do lote, para efeitos de verificação de qual era a possibilidade de com essa operação, ir buscar de facto o dinheiro para fazer a construção deste equipamento de interesse público. E portanto, a partir desse valor base, que teve a ver com as condições de mercado, em 2002, quando foi negociado este protocolo, foi estabelecido um determinado valor para esses mesmos lotes, em que um tem cerca de mil e oitocentos metros quadrados e outro cerca de mil setecentos e vinte e cinco. Ora, verificando o custo das infra-estruturas e temos que começar a ver, para fazer as infra-estruturas deste loteamento, que valores é que estão em causa. Temos um primeiro valor, que é a taxa pela realização do reforço e manutenção das infra-estruturas, que tem a ver com o regulamento municipal de taxas cujo valor está calculado aqui, temos uma área de construção de dez mil e quinhentos metros quadrados, que é a área total daquele empreendimento e este é um valor do custo da taxa de urbanização desta operação. Por outro lado, este loteamento, que neste momento passará a ser da responsabilidade não da



LeiriaPolis, como estava no protocolo inicial, mas neste caso dos proprietários, os custos inerentes a esta operação, para além daqueles reservados à taxa de urbanização, tem a ver com todo o processo burocrático e administrativo, para licenciar e autorizar um empreendimento desta natureza. Isto são as taxas exactas que é necessário pagar, para a realização deste mesmo loteamento. Donde, há um total só em taxas, que corresponde a este valor que aqui está.

O cálculo geral dos encargos do loteamento, para além da taxa tem outros custos, nomeadamente no que diz respeito ao projecto e no que diz respeito às obras de urbanização. Para terem uma ideia, aquelas obras constam de um arruamento que tem um perfil razoável, com estacionamento dos dois lados e que corresponde a cerca de cento e oitenta metros de comprimento, que tem um determinado valor. Esse valor é quantificado nos termos daquilo que é normal, em termos de arruamentos desta natureza, actualmente na cidade de Leiria e este é o total dos custos no que diz respeito a isto. Para além disso, há outros valores que estão associados a esta operação no que diz respeito a garantias bancárias, no que respeita a encargos financeiros, com a disponibilização de todo este financiamento da operação e aos próprios resultados da operação. Portanto, no essencial, o valor que se atingiu corresponde, considerando os quarenta e cinco contos por metro quadrado, que foi o que estava inicialmente definido no protocolo inicial, ao valor que o proprietário iria ter com toda esta operação, e que, inicialmente seria da própria LeiriaPolis.

Ora, no essencial esta é a explicação relativamente àquilo que é o protocolo. Só iria concluir, dizendo que, esta operação neste momento, está no fundo em condições de se poder avançar, executando aquilo que é todo o arranjo da envolvente e a construção dos próprios campos de ténis. Existe um outro equipamento central que será mais tarde desenvolvido e que irá apoiar, mas que não está previsto nesta construção, de acordo com aquilo que foi a candidatura elaborada. Qualquer dúvida, eu também procurarei esclarecer no que foi possível.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Arquitecto.

Este protocolo foi discutido e aprovado por unanimidade em reunião do executivo e portanto, põe-se neste momento à discussão da Assembleia.

O senhor Deputado José Augusto Esteves vai usar da palavra. Faça favor!



DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (CDU)

Quase que me apetecia dizer, que havendo estes documentos em Power Point, deveriam ter sido enviados, para os percebermos com alguma calma.

Senhor Arquitecto Figueiredo, explique-me outra vez, com se eu fosse muito “burro”, porque é difícil perceber. Por exemplo, eu tinha a noção que o plano estratégico naquela área, não tinha edificado. Eu hoje não tenho aqui o plano estratégico, mas lembro-me das cartas, não havia edificado naquela zona. Confirma ou não?

ARQUITECTO ANTÓNIO FIGUEIREDO (SOCIEDADE LEIRIAPOLIS)

Sempre houve edificado naquela zona, nesta e nas outras, não tinha era esta forma.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (CDU)

Ah! Então é isso.

A outra questão que eu não percebi bem, foi a questão da distribuição dos lotes, ou seja, eram quatro lotes para a Polis e dois no protocolo de 2003. Agora a título de infra-estruturas, entregam mais dois aos proprietários. É a diferença? É isso.

Mas há uma coisa também, que eu tenho a seguinte noção:

Aquela zona, era REN ou RAN. Então, se era RAN ou REN, há um plano de pormenor que agora estabelece edificado. Não há alteração ao PDM. Há aqui qualquer coisa que não joga certo.

Eu francamente, não estou em condições de aprovar isto. E vou votar contra, com uma declaração de voto contra, porque se posteriormente vierem a pedir responsabilidades, isso ficará em acta.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Senhor Arquitecto deseja dar algum esclarecimento? Faça favor!

ARQUITECTO ANTÓNIO FIGUEIREDO (SOCIEDADE LEIRIAPOLIS)

Sim senhor Presidente.

É relativamente a este ponto, que me parece pertinente, dado que eu fiquei de apresentar o protocolo.

É evidente que poderia apresentar todas as condicionantes relativas ao mesmo. Se se ler o protocolo, de facto verifica-se que existe um plano de pormenor, que suporta a própria intervenção. O plano de pormenor está em marcha, está em desenvolvimento, portanto, relativamente à tramitação deste plano, no que diz



respeito quer à Reserva Ecológica Nacional quer à Reserva Agrícola Nacional, encontra-se naturalmente tratado no âmbito do plano de pormenor.

Isto é, foram já feitas as reuniões da Comissão Nacional da Reserva Ecológica e da Comissão Regional da Reserva Agrícola da Beira Litoral, no sentido de determinar as possibilidades de ocupação deste terreno. Não está é ainda aprovado o plano de pormenor com a solução edificativa, mas aquilo que eram condicionantes à partida, relativamente à ocupação do terreno, e quero chamar a atenção por exemplo, que a ETAR das Olhalvas, que é um equipamento de interesse público está em REN, a própria variante sul está em REN, mas são investimentos do ponto de vista do interesse público, que estão sustentados, nestas próprias reservas.

É evidente que, o plano de pormenor irá naturalmente, fundamentar do ponto de vista urbanístico, a parte que respeita à edificabilidade. Por isso mesmo, o protocolo tem nos seus termos, para o caso do plano de pormenor não vir a ser aprovado, quais são as condições para essa situação. Portanto está claro relativamente àquilo que é a possibilidade de construção, o que é possível fazer neste momento.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Arquitecto.

Mais alguém quer usar da palavra sobre este ponto?

Faça favor senhor Deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

É claro, que muitos elementos desta Assembleia, efectivamente não têm muitos dos elementos do protocolo que ocorreu num período anterior, ao funcionamento desta Assembleia. Mas essa questão não é muito relevante para a forma como eu queria abordar esta matéria.

Eu, vou acreditar piamente, que, como o senhor Presidente afirmou, o facto dos senhores Vereadores terem feito uma apreciação e uma a votação por unanimidade, do negócio que aqui está envolvido, obviamente que não vou pôr em causa a bondade do negócio de *per si*. Há no entanto uma questão, que eu me preocupa e que me preocupa porque tem a ver com uma outra filosofia de abordagem desta questão.

Objectivamente, nada nos garante, que nos próximos três anos, o plano de pormenor possa estar aprovado. Diria mais, a história, dir-nos-á que dificilmente,



nos próximos três anos, o plano de pormenor estará aprovado. O que quer dizer senhora Presidente, que salvo melhor opinião, a edilidade irá despende cento e cinquenta mil contos, para a construção de seis courts de ténis, que é a quantia que aqui se propõe pagar ao construtor e tudo indicia que em três anos o não seja.

E essa questão, objectivamente preocupa-me e preocupa-me porque, para além do mais, existe uma questão de princípio e eu, procuro ao longo da minha vida, ser uma pessoa de princípios, sobre o ponto anterior não falei, porque já tinha falado, não na pretérita Assembleia mas na outra, expressei a minha opinião sobre a questão do túnel, etc.

Em tempo oportuno, eu, que era há trinta anos, das poucas pessoas a jogar ténis em Leiria, deixei de jogar ténis ali porque aquilo foi entregue a um clube, que presumo que continue entregue à exploração de um clube. E eu, tenho alguma dificuldade, não queria ler isto aqui mas vou ter que ler, porque isto tem a ver com os clubes e os clubes são uma liberdade de associação que as pessoas têm. E salvo melhor opinião, não existem igualdades de circunstâncias de acesso e acho que isto é uma questão importante para nós, que estamos aqui a discutir assuntos importantes da cidade. Eu que não sou sócio do clube que está lá a praticar ténis, não pago o mesmo, que os que são sócios do clube de ténis. No entanto, eu enquanto munícipe, estou a pagar para que eles tenham condições para funcionar. Isto é linearmente assim. E eu não quero, porque acho que é o futuro do nosso concelho que está em causa, voltar a poder ouvir uma circunstância destas que aqui está expresso.

Numa entrevista que terá sido feita, talvez há quarenta anos, não posso precisar, ao senhor Carlos Pimenta, perguntavam-lhe porquê o nome União de Leiria, um clube. E ele respondeu:

“Houve a preocupação, por um lado, de a colectividade representar de facto, a união de todos os leirienses, em volta de uma agremiação, que se queira de todos e para todos. E por outro, para que não houvesse qualquer afinidade com os clubes existentes – Sporting Leiriense e Marrazes.”

Eu sou sócio do Marrazes há quarenta e oito anos. É a idade que tenho. E portanto, os clubes têm rigorosamente, como os partidos políticos, esta génese, ou seja, a liberdade de associação. Eu gostaria que fosse ponderado por todos vós, também



esta vertente. Vamos gastar quase de certeza, cento e cinquenta mil contos, para fazer seis courts de ténis, não sei se serão os mil e seis espectadores que estiveram a ver o União de Leiria no pretérito fim de semana. Se calhar são menos, se calhar, o custo deste investimento, é superior ainda ao do Estádio. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Agora tem a palavra o senhor Deputado Vitorino Pereira.

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Vitorino Pereira, Bloco de Esquerda.

Senhor Arquitecto, eu tenho dificuldade em perceber aqui alguns aspectos.

A minha primeira pergunta é esta:

No local onde vão ser construídos os campos de ténis, se não quiséssemos construir lá os campos de ténis, podia-se construir lá outra coisa? É urbanizável?

Esta sociedade, Martins e Gameiro, e o Manuel de Oliveira e Silva e Alzira da Costa e Silva, se não fossem construídos os campos de ténis nesse local, não podiam construir nada? Os terrenos não valiam nada? Do ponto de vista urbanístico eram terrenos agrícolas, não valiam nada. Assim sendo, este acordo parece-me realmente inacreditável. Por exemplo, a cláusula sexta diz assim :

“ O Município de Leiria faz o plano de pormenor de São Romão/Olhalvas nos termos descritos nos considerandos, não se encontrando em vigor no prazo máximo de três anos a contar da data de celebração do presente acordo, promete adquirir os prédios...”.

Portanto, nós se aprovarmos este acordo, estamos a permitir, que se no prazo de três anos não for aprovado este plano de pormenor e pode não ser aprovado sem culpa nenhuma da autarquia, pode não haver culpa nenhuma no contrato, pode haver até um caso de força maior que permita isso, nós vamos permitir que a Câmara compre terrenos agrícolas, a um preço de construção urbana, altíssimo. É esta a proposta que nos fazem!

Por outro lado, não se percebe e agora falo na cláusula quinta, a sociedade Martins e Gameiro Lda e Manuel de Oliveira e Alzira, podem executar no prazo de dois meses, as obras que têm que fazer, mas salvo motivo de força maior devidamente comprovado. Portanto, se esta sociedade, a ser aprovado o plano não executar as obras que tem que executar num prazo de dois meses, por motivo de força maior,



não tem qualquer sanção, em contrapartida, a Câmara mesmo que não tenha culpa absolutamente nenhuma, tem que comprar terrenos agrícolas, a um preço perfeitamente inacreditável. Não se percebe o porquê.

Por outro lado, nesta mesma cláusula, o Município de Leiria, obriga-se, mesmo que não tenha culpa nenhuma, volto a frisar, a ter que comprar os terrenos, mas dá-se por outro lado oportunidade à sociedade Martins e Gameiro, de dizer se quer ou não quer vender. Nós, haja o que houver temos que comprar e eles, na altura, é que irão decidir se vão ou não comprar. A isso chamamos nós em direito – cláusulas leoninas– perfeitamente prejudiciais dos interesses da Câmara.

Portanto, não levem a mal a expressão “mas isto cheira-me”, ao negócio que prejudica violentamente a Câmara, não há necessidade nenhuma de fazer este negócio, talvez seja melhor espera e fazermos uma expropriação por utilidade pública, fica muito mais barato.

Gostaria de chamar a atenção, que temos aqui um negócio que é extremamente rendoso para a sociedade Martins e Gameiro, Lda, praticamente sem benefício nenhum para a Câmara. No fundo, é um negócio da China, como se costuma dizer, um terreno que é agrícola e que não se pode fazer mais nada, passa passados três anos a valer milhares de contos, quer a Câmara faça ou não qualquer coisa. Se a Câmara sem culpa nenhuma, não puder dentro deste prazo e não está só dependente da Câmara, efectuar ou ter autorização, o Martins e Gameiro e os outros, metem no bolso milhares de contos. Não parece um grande negócio.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor Arquitecto quer esclarecer? Faça favor!

ARQUITECTO ANTÓNIO FIGUEIREDO (SOCIEDADE LEIRIAPOLIS)

Eu penso que são perfeitamente legítimas as preocupações que são demonstradas, no entanto, naturalmente que há uma justificação e não só. O protocolo que está aqui, resulta de uma elaboração cuidada, quer pelos juristas do Município quer pelos próprios juristas que acompanharam os próprios proprietários, no sentido de estabelecer cláusulas, que salvaguardem logicamente o interesse público e o interesse dos privados. Não há interesse também, em de uma forma perfeitamente prepotente, o Estado ter uma intervenção junto dos privados, que não seja perfeitamente justa. E nesse sentido, o actual código de expropriações, revela que, para se fazer uma expropriação naquele local, com as condições de urbanização que



lá estão e com as taxas que sucessivamente os próprios índices obrigam a aplicar, para a determinação dos custos daquele terreno, eu gostaria de saber qual era o juiz que determinaria que o montante a indemnizar os proprietários, por comprar trinta e um mil metros quadrados de terreno, que corresponde à área do Rossio toda, quanto é que isto custaria num local que tem infra-estruturas de água, electricidade, gás, saneamento e portanto todas as condições e em que, neste momento, as leis do próprio código de expropriação estão alteradas. É fazer as contas e é ver, como é que depois os peritos em tribunal, iriam chegar juntamente com o juiz, a um valor para indemnizar aqueles proprietários.

Agora uma coisa é certa, é que nós, se não quisermos fazer agora ali os campos de ténis, a Câmara vai ter que resolver mais tarde ou mais cedo, como é que vai resolver o problema da necessidade de criar um parque desportivo para esta modalidade na sua área geográfica e quanto é que isso não irá custar.

Estamos a falar de um investimento, relativamente aos próprios campos de ténis, não de uma bagatela mas de um milhão quatrocentos e cinquenta mil euros, que é o valor correspondente ao preço base da empreitada que vai ser lançada, porque não são só seis campos de ténis, é toda uma infra-estrutura envolvente e com a cobertura de pelo menos dois, para as possibilidades de utilização de uma forma mais versátil daquele espaço. Portanto, nós não estamos a falar de um investimento qualquer.

Por outro lado, como digo, o que está aqui na base do valor que se determinou, para indemnizar os proprietários, é aquilo que é justo, relativamente aos critérios de periequação, que foram definidos no plano estratégico, inicialmente, pelo Ministério da altura, das Cidades e do Ordenamento do Território, e pela Câmara Municipal nesse mesmo documento.

Eu chamo a atenção, que o índice desta zona é um índice relativamente baixo, 0.31, e portanto, esta operação só é de facto possível, no âmbito do plano estratégico do programa Polis. Naturalmente, se não houvesse este programa, aqueles terrenos, não teriam tido por parte da Comissão Nacional da Reserva Ecológica e da Comissão Regional da Reserva Agrícola, a contemplação que tiveram, para uma obra de interesse público. Ora, se não for possível o plano, por qualquer circunstância, naturalmente que os proprietários têm que ser indemnizados. Estão a ceder trinta e um mil metros quadrados e para uma obra que vai ficar para a cidade, de interesse



público. Portanto, não me parece que haja aqui nem desvios aos objectivos do programa, nem à defesa do interesse público e da cidade de Leiria.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Arquitecto.

Ninguém mais pediu a palavra para discutir. Penso que a senhora Presidente quererá dar um esclarecimento final.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

É muito rápido senhor Presidente.

Penso que o senhor Arquitecto Figueiredo esclareceu suficientemente bem as dúvidas, pelo menos as preocupações aqui demonstradas, mas queria só esclarecer uma, que foi apresentada pelo Deputado Domingos Carvalho, que é sobre a probabilidade da aprovação nos três anos. A probabilidade é de 99%, tendo em conta o ponto de situação do plano.

O plano está pronto para ir para discussão pública e portanto, a partir desta altura, a seguir a tramitação é muito rápida. A minha perfeita convicção é que os três anos dão e sobram para nós termos o plano aprovado. A probabilidade de não termos o plano aprovado é mínima.

Só um apontamento final, relativamente à questão dos valores de expropriação.

O Arquitecto Figueiredo referiu, mas actualmente a lei das expropriações não avalia um terreno só pelo simples facto de ele ser REN ou RAN, avalia o terreno tendo em conta a envolvente e as condicionantes da envolvente. E o facto de a envolvente daquele terreno ter permissividade de construção vai agravar o custo. Claramente! Isto tem acontecido por todo o País, nomeadamente em Leiria, nas avaliações que são feitas depois em tribunal, dos respectivos terrenos. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Eu recordo que já ultrapassámos em muito, o tempo que temos para discutir estes assuntos. De modo que, vou colocar este assunto à votação.

Quem vota contra? Três votos contra.

Quem se abstém? Dezassete abstenções.

Quem vota a favor? Vinte e nove votos a favor.

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b), do n.º 3, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro,



deliberou por maioria, com 29 votos a favor, 17 abstenções e 3 votos contra, aprovar e autorizar a celebração do protocolo, nos termos constantes das respectivas cláusulas

O senhor Deputado José Augusto Esteves vai fazer uma **declaração de voto**. Faça favor!

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (CDU)

José Augusto Esteves, PCP.

Votei contra, porque considero que este projecto contraria aquilo que está definido no PDM e concurso legal, e não tem sustentação em Plano de Pormenor.

É por razões de ordem legal que voto contra e não por qualquer outras razões. Considero que a peri-equação é sempre uma boa solução, uma solução de justiça, para encontrar solução para os problemas. Mas neste caso concreto, considero que a solução, é uma solução que contraria as mínimas regras legais.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado. Ficará registado em acta o seu voto.

Passaremos então à discussão do ponto n.º 1

1. PROPOSTA DE ALTERAÇÕES AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação;

Eu chamo a atenção dos senhores Deputados para o facto de a lei e o próprio Regimento anterior, nos obrigava a ter aprovadas as eventuais alterações que se viessem a fazer a este Regimento, na primeira sessão ordinária a seguir à tomada de posse. Nós já vamos na terceira sessão e ainda não aconteceu isso. Houve quem propusesse um adiamento do agendamento desta questão, eu pela minha parte não estou de acordo, mas obedecerei àquilo que a Assembleia decidir.

No entanto, gostaria de referir dois ou três aspectos.

As alterações que foram feitas, foram elaboradas por uma Comissão nomeada para o efeito e foi composta por um elemento de cada grupo. E depois, por decisão minha, foi todo revisto pela Dr.^a Teresa Monteiro, que expurgou o documento de quase sete páginas, o que significa de todos os elementos redundantes, nomeadamente as cento e três vezes que dizia “nos termos da Lei”. Como não fazemos nada que seja contra a lei, logo isso teria que ser eliminado. Eu penso que é importante que nós discutamos e aprovemos este documento e que o alteremos se for necessário.



Em relação às propostas de alteração que foram apresentadas por vários Deputados, individualmente ou a partir de grupos, houve apenas uma que não está aqui incluída, porque havia alguma dissensão que era a questão do tempo do uso da palavra. Eu penso que tudo o resto devia ser minimamente consensual a não ser que, alguns dos senhores Deputados, tenham encontrado algum aspecto que não fosse particularmente relevante.

A questão do uso da palavra, é uma questão obviamente sensível. Começamos por dizer que cada Deputado ou cada grupo de Deputados, e temos que constituir os grupos municipais, porque nunca foram formalmente constituídos, terá o uso da palavra, em tempo que seja proporcional à sua representatividade. E essa representatividade, está expressa, exactamente e matematicamente, na última página, no quadro anexo ao Regimento em vigor, que foi enviado. Naturalmente e até tendo em conta aquilo que eu próprio disse na cerimónia de tomada de posse, e como se viu hoje, terá que ser tão flexível quanto possível, mas na medida em que não hajam excessos que possam colidir com os direitos que os outros também têm.

Por isso, havia duas propostas diferentes, eu optei por não as pôr no texto, para serem introduzidas agora, de acordo com o que for decidido por esta Assembleia.

O senhor Deputado Vitorino Pereira, apresenta o seguinte **requerimento**:

“ Em virtude de não ter sido cumprida a deliberação desta Assembleia de Novembro de 2005, no sentido de se reunir a comissão ali eleita para a apresentação de uma proposta de alteração do regimento, propõe-se:

A Assembleia Municipal de Leiria, reunida a 27 de Abril de 2006, tomando conhecimento de que, contrariamente ao por si decidido, não foi efectuada a reunião para análise das alterações ao regimento, a apresentar a esta Assembleia, decide:

- Retirar da convocatória o seu ponto número um;*
- Solicitar aos membros da comissão, escolhidos por esta Assembleia, a marcação, até ao fim desta de uma data a fim de se reunirem, discutirem e aprovarem a proposta a apresentar a esta Assembleia, de modo a que possa então ser inscrita para discussão na próxima Assembleia.”*

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Eu em relação a isto, só tenho que fazer um comentário. Não é correcto que tivesse sido deliberado por esta Assembleia que tivesse que haver alguma reunião. Foi eleita uma Comissão e foi nomeado como coordenador dessa Comissão o senhor Deputado



Carlos Poço, que ao que me informou, pediu a colaboração e o empenho de todos os grupos representados neste órgão.

Eu tinha posto como prazo para apresentação da proposta de alterações, a última sessão. O senhor Deputado Carlos Poço, pediu que fosse adiado para mais uma Assembleia, parece-me que estamos a adiar demais. E chamo também a atenção para o facto de que, nós podemos aprovar o Regimento hoje e alterá-lo na próxima Assembleia, aliás, o próprio Regimento diz que a Mesa pode deliberar, alterar o Regimento. É assim que está no Regimento senhor Deputado Vitorino Pereira.

O Regimento actualmente em vigor diz, no seu artigo 48º - Alterações – o seguinte: *“O presente Regimento poderá ser alterado pela Mesa da Assembleia, ou, pela iniciativa de pelo menos 1/3 dos seus membros, salvo disposição legal em contrário”*. Senhor Deputado, peço desculpa se não me fiz entender. O que a Mesa está a fazer, é propor que nesta sessão seja aprovado, com as alterações que vierem a ser discutidas, o Regimento como proposto e que noutra ocasião, o mesmo possa vir a ser alterado.

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Dá-me licença senhor Presidente?

Eu penso que está a abrir aqui um precedente extremamente grave, ou seja, a Assembleia decide nomear uma Comissão para estudar determinado assunto, a Comissão não estuda o assunto por culpa exclusiva neste caso, do senhor Deputado Carlos Poço. Eu pedi várias vezes para que fosse feita a reunião e ela não foi feita. Porquê? É isto que esta Assembleia tem que decidir e tem que haver uma sanção política para isto.

Os outros quiseram trabalhar, quiseram exercer o mandato como foram mandatados por esta Assembleia e não o puderam fazer porque o senhor Deputado Poço não quis reunir, e depois, a própria Assembleia nega a sua decisão e ela própria, neste caso ainda mais incrível, a Mesa, resolve dar por inexistente esta Comissão, não perguntar porque é que a Comissão não funcionou e apresentar um projecto à Assembleia.

Mas se me permite, eu vou ler o que é que se passou na pretérita Assembleia e esta acta já foi aprovada:

“ 28 de Novembro de 2005

Ponto n.º 5 – Proposta de alterações ao Regimento da Assembleia Municipal – Apreciação, discussão e votação;



Em relação a este ponto, como foi dito no início, gostaria de saber (diz o senhor Presidente) se estão de acordo com a minha proposta, uma vez que o Regimento actual, diz que o Presidente da Assembleia poderá sugerir alterações e eu tenho algumas propostas a fazer em relação a esta matéria, ou alternativamente, podemos nomear uma Comissão que analise o Regimento e proponha as necessárias alterações ao mesmo. "

A proposta que o senhor Presidente tinha feito relativamente à Comissão, e citando as suas palavras, *"é que ela seja composta por um elemento de cada grupo municipal e portanto compete aos respectivos grupos indicarem o nome de um elemento para fazer parte dessa Comissão. Volto a lembrar que as alterações são apenas pequenos ajustamentos no articulado..."*

Depois o senhor Deputado Carlos Poço pediu a palavra e disse o seguinte:

" Estamos de acordo que seja feita uma Comissão, para propor uma redacção final para o Regimento...", quer dizer que, a Comissão é que iria propor uma redacção final para o Regimento senhor Presidente, não era um indivíduo, "simplesmente a constituição deveria ser proporcional à Assembleia, ou seja, não apenas por um elemento de cada grupo mas com a mesma proporcionalidade."

E o senhor Presidente respondeu :

" Parece-me que deste modo, iríamos criar uma Comissão com alguns vinte elementos. Eu percebo as objecções feitas pelo Deputado Carlos Poço, de qualquer modo, penso que apesar de tudo, se for constituída uma Comissão com cinco elementos que a estudará, depois se houver necessidade de uma votação para a apresentação nessa altura, os votos dos elementos valerá proporcionalmente."

E acaba assim senhor Presidente! Agora chamo a atenção para o final da sua intervenção:

" Assim sendo, pedia ao Deputado Carlos Poço, na qualidade de representante da maioria, que lidere este assunto, a quem, cada um dos grupos indicará o nome do representante, para posteriormente agendar uma reunião, para análise deste assunto."

Isto não foi feito senhor Presidente. Isto não pode ser ultrapassado. A Assembleia não pode estar aqui a deliberar sobre a constituição de uma Comissão para fazer determinado trabalho e depois escamotear como se nada existisse e a própria Mesa decide contra a Assembleia, dizendo que essa reunião não tem interesse, que essa Comissão não tem interesse e que querem propor outra coisa.



Quanto muito senhor Presidente, na pior das hipóteses, o que era já muito má, não se punha isto na ordem de trabalhos e propunha-se à Assembleia a situação e depois via-se se a Assembleia votaria ou não, na discussão da alteração do Regimento.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Eu devo esclarecer que, o senhor Deputado Vitorino Pereira mais uma vez, e já não é a primeira vez, faz afirmações que eu não proferi.

Nem eu nem a Mesa, pretendeu ultrapassar ou anular qualquer decisão que tenha sido tomada e o senhor disse-o agora mesmo. E por isso, peço desculpa, mas não o posso permitir.

O que eu estou a tentar dizer, é que nós não podemos continuar nesta situação, ou seja, já vamos na quarta Assembleia e continuamos sem Regimento. E aquilo que estava a propor é que se aprovasse a redacção actual e que depois noutra altura viessem a ser feitas as alterações. O senhor deputado Carlos Poço, é testemunha de que eu várias vezes, pessoalmente e até por e-mail, lhe pedi o documento e o senhor Deputado disse-me que tinha tido muitas dificuldades e tinha insistido junto de outros grupos parlamentares, no sentido de lhe serem transmitidas informações e enviadas propostas para apresentar e não as obteve. Agora, repito, nós não podemos continuar assim. Já é a segunda ou terceira vez que eu pretendo trazer este assunto à discussão do plenário e continuamos a não ter Regimento.

Mas muito bem senhor Deputado, se a maioria da Assembleia entender que não deve ser discutido hoje, não é discutido hoje. Mas então, entra em funcionamento, com todo o peso da letra e da lei, aquilo que está em vigor no Regimento actual.

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Senhor Presidente, eu nem quero acreditar no que estou a ouvir. Isto é nitidamente retaliação. O senhor tem é que perguntar ao senhor Deputado Carlos Poço, porque razão não marcou a reunião. Ele tem que responder politicamente perante esta Assembleia.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor Deputado, isto não se trata de retaliação coisa alguma.

Nós não podemos é pretender o cumprimento estrito da lei para umas coisas que nos convém e não pretender para outras. Senhor Deputado, peço desculpa, mas agora estou eu no uso da palavra. O senhor Deputado terminou e não pediu novamente o uso da palavra.



Aquilo que eu vou pôr à votação imediatamente, é o requerimento feito pelo senhor Deputado, com a ideia clara que nos manda a lei, que enquanto não houver um novo Regimento, e eu quis apressar essa questão, cumpre-se o anterior. E eu fá-lo-ei cumprir até à última vírgula. Mas garanto-lhe, que isso lhe vai custar a si senhor Deputado. Não é nenhuma ameaça. É só para esclarecer, porque o que está em causa nesta matéria, das únicas propostas que foram recebidas, foi em relação aos tempos, em que eu quis ser o mais liberal possível, foi público. Sempre fui o mais tolerante possível, mas a partir do momento em que não me deixam inscrever essa própria tolerância no Regimento, passarei a utilizar o Regimento ao máximo. E devo dizer ainda, que o senhor Deputado passa a ter um minuto por cada hora de Assembleia, para intervir.

Eu vou pôr imediatamente à votação o requerimento que o senhor apresentou. O Regimento permite-lhe essa faculdade e eu vou pô-lo a votação, que é aquilo que a lei manda fazer.

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Continuo a não perceber a sua atitude senhor Presidente. Deve haver aqui de facto um mal entendido, que era bom que fosse esclarecido.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Não há nenhum mal entendido senhor Deputado. Eu peço desculpa mas o senhor apresentou um requerimento, nem deixou falar a senhora Deputada Manuela Santos porque achava que o requerimento tinha prioridade. Portanto, eu vou pôr o requerimento à votação.

Senhor Deputado Carlos André deseja intervir sobre este assunto? Faça favor.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Carlos André, Partido Socialista.

É muito simples e de facto tem a ver com a figura da interpelação senhor Presidente. É que há aí uma contradição interna nesse documento que eu gostava que o senhor Presidente sanasse, ou que o Deputado Vitorino Pereira nos esclarecesse. É que ele chama-lhe requerimento e no meio faz uma proposta. E portanto, ou é requerimento ou é proposta. Se é requerimento, nós temos que passar à votação, correndo o risco de a seguir termos que apreciar o Regimento ao que me parece. Se for uma proposta, temos o direito de discutir a sua proposta, eventualmente ultrapassarmos a questão e não haver Regimento. Mas de facto, chamou-lhe requerimento, pelo



meio diz que propõe, e eu preferia que fosse uma proposta para que a pudéssemos discutir.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Então faça favor senhor Deputado Carlos André, para discutir esta proposta.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Carlos André, Partido Socialista.

Senhor Presidente, nós estamos aqui com um problema processual complicado. E não sendo eu jurista, acredito que este problema processual, poderia vir a custar muito caro, a esta Assembleia. Queria chamar a atenção do senhor Presidente para este facto, embora compreenda as razões ponderosas que levam o senhor Presidente a querer aprovar o Regimento hoje, percebo perfeitamente. É inaceitável, estamos de acordo, que cheguemos ao fim de todo este tempo ainda sem Regimento, alguém terá que ter responsabilidades políticas nisso mas também não estou grandemente preocupado em assacar responsabilidades políticas a ninguém, a mim o que me preocupa neste momento é que esta Assembleia, tenha todos os instrumentos para funcionar com eficácia. E se aprovar hoje o Regimento, a Assembleia não tem os instrumentos para funcionar com eficácia e direi porquê.

É que, conforme o senhor Deputado Vitorino Pereira aqui expôs, lendo uma acta da Assembleia, nesta Assembleia foi aprovada a constituição de uma Comissão e eu ainda imaginei que o senhor Presidente da Assembleia Municipal tivesse razão quando dizia que essa Comissão podia funcionar por escrito e não em reunião. Mas não é verdade porque o texto da acta da Assembleia Municipal que ele leu e que já foi aprovada, resulta claro que essa Comissão tinha que reunir. Acresce-se que no dia 17 de Fevereiro, na Assembleia que por sinal não estive, mas tenho ali a acta, o senhor Deputado Carlos Poço, que foi incumbido nessa mesma Assembleia Municipal, de liderar a Comissão, deu conta dos trabalhos, explicou que tinha sido difícil até então reunir a Comissão, que pediu colaboração aos senhores Deputados, mas diz a seguir e diz textualmente que, depois da colaboração iria reunir a Comissão. Ele próprio reiterou o objectivo de reunir a Comissão.



Isso leva-nos a uma conclusão muito simples.

Se nós hoje votássemos o Regimento, estávamos a fazer uma ilegalidade. Por uma razão simples, porque se a Assembleia tomou uma decisão, que foi a de constituir uma Comissão, a qual deveria reunir para fazer uma proposta, essa decisão não foi cumprida, nós não podemos apreciar o Regimento porque estamos a desrespeitar uma decisão da Assembleia. Poderia o senhor Presidente propor, que tem plenos poderes para isso, a revogação dessa decisão, mas nós não podemos deliberar sobre assuntos não incluídos em ordem de trabalho, a menos que 2/3 desta Assembleia decidam alterar a ordem de trabalhos. Portanto, a simples proposta de revogação, para ser apreciada hoje, careceria de 2/3, o que significaria que, ainda que a maioria nesta Assembleia decidisse continuar com a apreciação do Regimento e decidisse aprová-lo, o que resultaria daqui é que qualquer outro membro desta Assembleia, ou qualquer cidadão deste distrito, poderia impugnar essa decisão. E até que houvesse decisão judicial sobre a impugnação, todas as decisões tomadas por esta Assembleia, corriam o risco de estar feridas de nulidade, estávamos aqui a criar um imbróglio jurídico creio eu muito complicado, que eu acho melhor acautelar, não apreciando o Regimento hoje, e fazendo a tal reunião tal como estava previsto.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor Deputado Carlos Poço!

DEPUTADO CARLOS POÇO (PPD/PSD)

Carlos Poço, PSD.

Está aqui criada uma situação complicada, porque não houve uma reunião da Comissão que foi nomeada. Mas também foi acordado uma metodologia e que passava por receber propostas escritas, dos diferentes partidos, para depois se elaborar um texto, que teria de vir a aprovar ao plenário da Assembleia.

Nós recebemos em primeiro lugar uma proposta do Bloco de Esquerda, que eu pedia, se for autorizado, que o senhor Deputado do Bloco de esquerda lesse. Basicamente tem a ver com os tempos da intervenção. Tem a ver com os tempos de intervenção e com uma divergência de fundo, que tem a ver com o conceito que nós defendemos, de proporcionalidade, e que o Bloco de Esquerda defende de participação. Nós entendemos que a Assembleia Municipal é um órgão representativo, dos eleitores do concelho, de forma proporcional. E o senhor Deputado do Bloco de Esquerda, representa proporcionalmente os votos que teve. Portanto, detém esse direito, a



estar aqui, e a ter os tempos proporcionais e não participativos. Isto é só para apontar uma divergência, que nós PSD temos, relativamente ao Bloco de Esquerda. Uma divergência política de interpretação da proporcionalidade ou da participação. Do Partido Socialista, nós recebemos de facto, uma proposta escrita e que eu passo a ler porque é curta:

“ O grupo do Partido Socialista, de uma maneira geral, subscreve o actual Regimento da Assembleia Municipal de Leiria. Contudo, gostaria de sublinhar alguns aspectos, que sugere para análise, por lhe parecer importantes a sua alteração:

- 1. Desde logo e relativamente ao artigo 22º do Regimento, propõe que a intervenção do público seja feita no início da sessão, por um período de tempo limite de quinze minutos. Não faz sentido, que a mesma continue a ser feita após o encerramento da ordem de trabalhos, pese embora o facto de ser praticamente inexistente.*
- 2. Em matéria de convocatórias, é sabido que a autarquia tem vindo a atrasar-se sucessivamente, ao envio da documentação necessária à preparação das reuniões. Para que haja uma maior e melhor participação dos Deputados Municipais, é necessário naturalmente, que os mesmos tenham tempo para estudar os assuntos. Para tanto, propõe-se o aumento do prazo de convocatória das sessões ordinárias, para quinze dias, e de oito dias relativamente às sessões extraordinárias, mantendo-se as restantes condições dos artigos 12º e 13º do Regimento.*
- 3. Finalmente e relativamente ao artigo 18º, entende-se que às forças políticas que têm menos representatividade, deve ser concedido um tempo de intervenção, que dignifique a sua participação na Assembleia, sem que essa alteração limite o tempo, que assiste actualmente aos partidos políticos.*

Estas são as propostas do Partido Socialista e é nestas que deveria ser concentrada a nossa atenção. Eu, fico surpreendido, por o Partido Socialista estar tão preocupado em alterar o Regimento ou outros pontos que não foram propostos.

Da nossa parte existe, uma divergência política, relativamente ao ponto 1 e 2, e entendemos, que não é numa reunião com a participação de pessoas dos diferentes grupos, que têm um Deputado, mais outro Deputado, o CDS/PP tem cinco e o Partido Socialista tem um grupo maior, em que só houvesse uma pessoa de cada um destes grupos, se conseguisse chegar a acordo, sobre os tempos. Entendemos preferível trazer a proposta ao plenário, e aqui em plenário, tomar a decisão.



Por isso é que, uma reunião da Comissão, não iria alargar o debate sobre outros pontos para além destes pontos que foram propostos, não entendo a necessidade de ter sido feita essa reunião. A CDU também entregou uma proposta, mas os pontos principais têm a ver com os tempos. Esse é o ponto da divergência política que nós temos.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Dava agora a palavra ao senhor Deputado José Augusto Esteves, e depois também, usará da palavra o senhor Deputado Carlos André.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (CDU)

Senhor Presidente!

Eu acho que não faz sentido o que está aqui a acontecer. Sempre que nós constituímos uma Comissão, tem um objectivo, é conhecer antecipadamente as propostas dos outros, ouvir os argumentos, considerá-los.

Por exemplo, há aqui alterações, que V.Ex.a fez, e que eu tenho dúvidas. E só agora, é que aqui aparecem, porque devi-as ter considerado previamente, no âmbito da Comissão. E senhor Deputado Carlos Poço, o voto lá é proporcional, o seu grupo vale quatro ou cinco votos, se aparecer só um valerá seis votos, derrotam a proposta, e eu recorro para a Assembleia, mas há o debate, há a consideração das propostas em conjunto, há a tentativa de ali conseguir encontrar, um consenso, senão não faz sentido a Comissão, porque o que é que acontece senhor Deputado Carlos Poço? Eu não sei o que é que o senhor tinha para alterar, nem sabia o que tinha o Partido Socialista, é evidente que preciso de ser confrontado com isso. Eu só conheço as minhas propostas, não conheço as de mais ninguém.

Senhor Deputado Carlos Poço, desculpe mas nunca vi isto em lado nenhum. O senhor não vai ver em lado nenhum, nem na sua Assembleia da República. Não vai! Isto não é método. O método é reunir, apurar e trazer uma proposta, o que é controvertido vai ser votado, como recurso ao plenário. Sempre foi assim, é assim.

Agora, as propostas que aí estão e o sentido que se lhe dá, por proporcionalidade, tem que garantir aquilo que se chama, as condições mínimas para o exercício da condição de membro da Assembleia. Eu tenho direito no período da ordem do dia a trinta segundos? Porque é um minuto para duas intervenções?



Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, e por aqui me vou, francamente.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Deputado.

Mais uma vez senhor Deputado, fez afirmações que não estão correctas.

Eu pessoalmente, Manuel Antunes, como cidadão, como membro desta Assembleia e como Presidente, não introduzi nenhuma alteração ao Regimento. Eu fui bem explícito, quando disse que recebi indicações das propostas que tinham sido recebidas, e como havia algumas contraditórias, foram retiradas do texto, de modo a que pudessem depois ser discutidas em pé de igualdade nesta Assembleia, porque também não me passava pela cabeça que elas chegasse aqui e fossem aprovadas sem discussão. Não foi isso que se pretendeu.

E mais, devo dizer-lhe, que o primeiro, pelo menos neste mandato desta Assembleia, a levantar o problema da necessidade de gerir os tempos, de modo a garantir a dignidade da intervenção de todos os Deputados, fui eu próprio. Portanto, não me podem acusar de qualquer outra coisa. Agora, se não chegarmos a acordo sobre isso, não terei qualquer outra alternativa que não seja aplicar o Regimento que está actualmente em vigor.

Senhora Deputada Manuela Santos, faça favor.

DEPUTADA MANUELA SANTOS (PS)

Manuela Santos, Partido Socialista.

São apenas duas questões.

Parece-me que estamos a esquecer aqui, o facto de na última Assembleia, ter ficado decidido que havia uma reunião, que iríamos reunir e por tudo isto, todo o raciocínio que está a ser feito é um raciocínio errado, conforme referiu o senhor Deputado Carlos André. Tudo aquilo que possa ser decidido contrariamente ao que foi deliberado na sessão da Assembleia de 17 de Fevereiro, pode ser prejudicial para o trabalho desta Assembleia. E há ainda uma outra questão.

Este Regimento, que foi aprovado em 28 de Fevereiro de 2002, está em vigor, é o que diz o artigo 5º, portanto, os trabalhos da Assembleias não são prejudicados pelo adiamento, para uma análise da Comissão. Obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor Deputado Carlos André, faça favor.



DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Carlos André, Partido Socialista.

Senhor Presidente, depois de tudo o que foi dito, não altero a minha posição. E permite-me ler, senhor Presidente, um extracto da acta de 17 de Fevereiro de 2006, e para que não digam que eu estou a pôr na boca de pessoas palavras que não foram ditas, pois esta acta foi aprovada no início da sessão de hoje, se o que aqui está não era verdade, passou a ser verdade, depois de termos aprovado a acta. Isto são palavras do senhor Deputado Carlos Poço:

" Acontece que até ao momento, só o Bloco de Esquerda é que teve a amabilidade de fazer chegar uma proposta de alteração. De maneira que, teremos que marcar aqui um prazo, que eu propunha que fosse até ao fim da próxima semana, findo o qual, vou entender e interpretar que não existem propostas de alteração, por parte das outras bancadas. Irei fazer um texto final, que levarei a uma reunião com esses representantes das bancadas, fazem-se os acertos finais que forem entendidos, e será trazido posteriormente aqui, para aprovação."

Esta é a proposta que fazia, para resolver esta questão do Regimento. Em resposta, diz o senhor Presidente da Mesa:

" Senhor Deputado, se me der licença e em conclusão, na próxima semana receberia as propostas, marcará uma reunião, já com um texto final para ser aprovado nesse grupo de trabalho, e vamos partir do princípio, que a próxima Assembleia Municipal, terá como um dos pontos de agenda, a discussão e votação do Regimento."

Isto, aconteceu na última a sessão. Ouvimos dizer aqui há minutos, o senhor Deputado Carlos Poço "decidimos de outra maneira, decidimos que as propostas tinham chegado e podíamos fazer uma proposta final...", palavras que eu ouvi há pouco aqui, "decidimos". Eu pergunto, "decidimos" quem? Só podia decidir a Comissão, só ela podia decidir fazer de outra maneira. Estava constituída uma Comissão. Portanto "decidimos", só a Comissão. Nem o senhor Deputado tinha poder para decidir, nem o senhor Presidente da Mesa tinha poder para decidir, esse poder competia apenas à Comissão.

Senhor Presidente da Mesa, tenho enorme apreço pela forma isenta como o senhor Presidente da Mesa tem exercido as suas funções, com inteiro respeito pelo Regimento e por tudo quanto se encontra estabelecido na lei, e respeito pelos grupos, quer sejam maioritários quer sejam minoritários. Em nome desse respeito que o senhor tem manifestado, eu apelava a que ultrapassássemos esta questão,



continuando a manter o Regimento aprovado em 2002, e remetendo a aprovação deste, de acordo com a deliberação existente, para depois da Comissão reunir, considerar as várias propostas e portanto para uma próxima sessão. É um apelo que deixo, não é proposta senhor Presidente, é um apelo que deixo ao Presidente da Mesa, por quem tenho imenso respeito.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

O senhor Deputado Carlos Poço vai ter a última intervenção e depois eu tomarei a decisão em relação a isso.

DEPUTADO CARLOS POÇO (PPD/PSD)

Carlos Poço, PSD.

Eu pedia a ajuda do senhor Deputado Carlos André, só para localizar a questão que acabou de ler. O senhor Deputado, salvo o erro, leu a acta da sessão do dia 17 de Fevereiro, no qual era marcado no final da semana seguinte. A proposta do Partido Socialista chegou no dia 03 de Março, o que eu deveria entender que não houve proposta do Partido Socialista. E eu entendi que não havia qualquer alteração ao Regimento por parte do Partido Socialista.

A minha proposta é uma vez que é a minha última intervenção sobre este assunto, é que realmente este tema não merece esta discussão tão acesa, eu proponho que seja aqui já agendada uma data para a reunião da Comissão, e que, na próxima Assembleia se leve o texto. É a minha proposta.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Já que estão todos de acordo, eu deixo cair aquilo que ia apresentar.

Devo no entanto dizer, que foi minha interpretação, que o senhor Deputado Carlos Poço e penso que ainda é uma interpretação correcta, teve grandes dificuldades em obter a colaboração dos elementos que foram nomeados para esta Comissão, que deveriam ter apresentado propostas, antes da tal reunião ter sido marcada, para que o senhor Deputado Carlos Poço pudesse elaborar um texto, de acordo com as propostas ou pondo alternativas das propostas apresentadas, o que nunca aconteceu. Isso, também era uma boa razão, penso que era justificativa de não ser possível fazer a reunião.

Se estão todos de acordo eu aceito isso, mas eu ia apresentar outra alternativa, porque diz, no artigo 7º do Regimento –Competências da Mesa- “ Elaborar o projecto



do Regimento da Assembleia Municipal”, e depois, apresentá-lo aqui para votação. Foi essa a interpretação que eu tive. O senhor Deputado Carlos Poço fez-me chegar as contribuições dos vários grupos, para que na próxima quinta ou na próxima sexta-feira essa reunião se realize, uma vez que o texto está finalizado. Tendo em conta que agora, o texto foi profundamente modificado pela assessora jurídica da Câmara, que não alterou nenhuma proposta, mas expurgou muitas coisas que eram absolutamente desnecessárias, porque decorrem do cumprimento da lei e nós não podemos agir em contrário, e também não temos que copiar a lei toda para aqui. Portanto, reduziu-se muito o texto, mas ela no e-mail que me mandou, disse-me que este texto pode ser ainda muitíssimo melhorado, mas eu respondi-lhe que tinha um compromisso de o levar a esta Assembleia, iríamos levá-lo assim e depois, não há nada que diga que o texto só pode ser alterado uma vez em cada mandato.

Mas já que entendem assim e a maioria está de acordo, peço ao senhor Deputado Carlos Poço, mais uma vez nessa função, que agora comunique à Mesa, porque terei também que tomar conta desse aspecto, se a reunião vai ser na próxima quinta-feira ou na próxima sexta-feira.

Bem então fica a reunião da Comissão marcada para o próximo dia 12 de Maio, na Câmara Municipal, no Gabinete de Apoio à Assembleia, às dezassete horas. Este ponto está encerrado.

2. FIXAÇÃO DO LOCAL, DATA E HORA, PARA REALIZAÇÃO DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA – Apreciação discussão e votação;

Relativamente ao ponto n.º 2, o mesmo é importante, e espero que não leve muita discussão.

Primeiro o local, segundo data e hora, tendo em conta que a lei nos diz quais são as datas, estamos a falar obviamente das sessões ordinárias, porque as extraordinárias não podemos antecipar. No que diz respeito ao local, nós experimentámos três locais: o salão nobre da Câmara, o Centro Associativo Municipal e o Estádio Municipal. Cada um, tem a oportunidade de pensar, quais são os mais convenientes mas há pormenores que não são do conhecimento de todos e que eu quero chamar a atenção, nomeadamente em relação aos custos. O custo do salão nobre é menor que o custo do Centro Associativo, mas não há grandes diferenças. Estes dois são de custos muitíssimo menores do que a utilização do Estádio. Acresce-se ainda que, pessoalmente, também tenho o direito de dar essa opinião, me parece que em



termos de dimensões, esta sala por exemplo, se fosse dois metros maior em comprimento, era uma sala ótima, não era demasiado grande nem demasiado pequena.

Temos também a questão dos apoios de trabalho, recordo que no Centro Associativo as cadeiras tinham uma pequena prancheta que davam para pôr alguns papéis, no Estádio houve a possibilidade de se colocarem secretárias para todos, há obviamente diferenças. Mas eu não quis deixar de chamar a atenção que os custos são consideráveis na utilização do Estádio e julgo que eles foram quantificados, não sei ao certo quanto, mas também de momento não tenha essa informação, de qualquer maneira fiquei com a noção de que era um custo muito elevado.

No que diz respeito à data e à hora, eu acho que seria conveniente nós fixarmos previamente, poderá depois ser alterado. Já sabemos quais são os meses, e poderíamos dizer, tem sido quase sempre assim, na última semana dos respectivos meses. Agora, temos que discutir qual será o dia da semana em que se realizarão as sessões ordinárias. Finalmente, no que diz respeito à hora, temos que saber se mantemos esta hora nocturna ou se mantemos uma hora diurna e quando falo diurna refiro-me ao fim da tarde, por exemplo às 17.00 horas ou às 17.30 horas.

Agora há uma coisa que eu queria chamar a atenção aos senhores Deputados. Nós neste momento estamos a convocar às 20.30 horas para que inicie às 21.00 horas, mas vamos acabar com isso. Se querem que seja às vinte e uma horas é para começar a essa hora, se querem que seja à 20.30 hora, é a essa hora que começamos.

Eu até tinha posto inicialmente nas minhas propostas, para alteração do Regimento, uma cláusula. Obviamente que para deliberações, tem que estar a maioria, mas para o funcionamento do órgão, não há essa obrigatoriedade. E isto, por exemplo, ficou consignado no Regimento da Área Metropolitana de Leiria, que é muito mais simples e que me agrada muito mais do que este, sem ir em nada contra a lei.

Estão lançados estes dados, não sei se alguém os quer discutir, parece-me que não há muita discussão, porque só temos que votar primeiro o local e há aqui uma proposta que eu vou passar a ler:

“ O grupo do PSD na Assembleia Municipal, vem propor que sejam adoptadas as instalações do Estádio Dr. Magalhães Pessoa, para a realização das sessões da Assembleia Municipal. Mais propõe que as sessões se iniciem pelas 21.00 horas, às segundas ou sextas-feiras.”



É uma proposta, agora cada um votará como entender.

O senhor Deputado José Augusto Esteves, quer apresentar uma proposta, faça favor.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (CDU)

Em relação à hora e ao dia, acho que a hora tem que ser nocturna. E em relação ao dia, só pode ser meramente indicativo, porque tem que haver de alguma forma, disponibilidade, como está a conter agora em relação à apresentação das contas.

Nem sempre o trabalho está em condições que permita fixar um dia, e portanto há que ponderar, eu acho que a sexta-feira poderia ser um bom dia. Já agora, em relação ao local, eu tinha aqui uma proposta que era para ser apresentada no âmbito do artigo 11º, que é o local das sessões, e francamente acho, que o local ideal, enquanto não houver outro, é a sede do Município. Eu sei que é um pouco mais complicado, mas apesar de tudo, julgo que é esse e que só excepcionalmente, como foi hoje o caso, poderemos eventualmente rodar. Primeiro porque, para além dos custos, as coisas estão à mão, e depois porque fico sempre naquela expectativa, de saber qual é que será o local.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhor Deputado.

Agora tem a palavra o senhor Deputado João Cunha e depois o senhor Deputado Carlos André.

De qualquer modo chamo a atenção que estas propostas irão ser submetidas à votação.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PPD/PSD)

João Cunha, Partido Social Democrata.

O nosso entendimento é que é necessário, para efeitos dos trabalhos da Assembleia, agilizar e confortabilizar digamos assim, o trabalho dos Deputados e da Assembleia de uma forma genérica, e enfatizarmos a questão do Estádio, pese embora, nós achemos que o salão nobre da Câmara tem sempre aquele ambiente que nos traz o espírito municipal, um pouco mais burilado.

Mas aquilo que eu queria dizer, a propósito desta questão, é o seguinte:

Eu acho que é, talvez importante, e dentro da sugestão do Estádio, que é o espaço mais alargado e mais confortável para este aspecto, pensar-se na criação de condições de raiz, para que a Assembleia tenha o seu espaço próprio, devidamente apetrechado, com óptimas condições para o seu funcionamento, para que os



cidadãos que assistam às assembleias, tenham possibilidade de o fazer também em condições, para que a comunicação social tenha a possibilidade de trabalhar em condições. Ou seja, nós temos que dignificar a Assembleia Municipal, e isso passa por dotá-la de condições, mas de condições permanentes, evitando assim estas condições de saltimbancos que estamos neste momento a ter, pese embora o esforço que aqui fazemos para a dignificar. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Tem a palavra o senhor Deputado Carlos André e depois também o senhor Deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO CARLOS ANDRÉ (PS)

Carlos André, Partido Socialista.

Senhor Presidente, eu ouvi as explicações, de resto era para solicitá-las, e a fundamentação da proposta do PSD. Não me parece em todo o caso, que os elementos de que disponho, sejam suficientes para eu votar.

Ouvi a preferência do senhor Presidente da Assembleia, que por sinal também é a minha, porque tenho para mim um requisito indispensável, tem que ter algum conforto. O algum conforto para mim situa-se numa questão simples, tem que te ronde pousar os papéis. As cadeiras do Centro Associativo Municipal, se bem me lembro, têm aquela banda de braço, que me permite pousar os papéis. Já é alguma coisa. É a razão pela qual não concordo com a proposta do senhor Deputado José Augusto Esteves, porque na sede do Município não há essas condições e se eu quiser fazer uma proposta tenho que a fazer literalmente m cima do joelho.

Mas para decidir, eu preciso de um elemento que para mim é indispensável, o Partido Socialista requer esse elemento. Quanto é que custa a utilização do Estádio para a realização da Assembleia Municipal e quanto é que custa a utilização do Centro Associativo, para a realização da Assembleia Municipal. Por uma razão simples, porque no fim de saber isto, eu não gostava que os senhores jornalistas que aqui estão, fossem dizer aos nossos munícipes que nós tomámos uma decisão que só por um pouco mais de conforto vai custar mais qualquer coisa aos cofres do Município. Também não gostava de eu próprio dizer, e corre-se o risco de o fazer, que enfim, nós por pouco que seja estamos a ajudar os cofres da Leirisport, que andam assim razoavelmente carenciados. Eu gostava que tivéssemos outras razões.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Eu tenho pena de não poder dar exactamente esses dados. Já discuti isso com o Chefe de Gabinete da senhora Presidente, Dr. César Santos, que penso que tem os números e os valores eram significativos. Estamos a falar numas centenas largas de contos por cada sessão.

Senhores Deputados, nós temos uma sessão já daqui a algumas semanas e outra já no mês seguinte e estas deliberações que tomarmos agora, não são deliberações definitivas. Portanto, ajudem-me neste momento a escolher aonde é que vamos ter a próxima, num destes três locais que já falámos e depois naturalmente que podemos trazer os dados com todas as alíneas.

Mas mais importante que isso, era também esclarecer a questão da hora.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO ESTEVES (CDU)

Como não temos todos os elementos em relação aos custos, o que eu proponha, era que a decisão pudesse ser tomada com uma proposta por consenso, na reunião da Comissão do Regimento, o qual tem que conter também este elemento, e adiávamos a decisão para a próxima sexta-feira como está previsto no Regimento, porque tem que acolher esta decisão. E o senhor Presidente marcaria como tem acontecido até aqui, um local ao seu critério.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

A questão da data é também importante.

Eu ouvi os argumentos que o senhor Deputado tinha em relação à preparação dos documentos, mas aquilo que acontece sempre, é que se a Assembleia é em Fevereiro sempre foi no fim de Fevereiro ou se é em Abril sempre foi no fim de Abril e assim sucessivamente, e vai ser sempre assim por que a Câmara eventualmente pedirá mais uma semana para preparar a documentação. Assim se o soubesse com três meses de antecedência, já sabe exactamente quais os documentos que vai preparar para a última quinta-feira ou última sexta-feira do mês de Junho.

E eu proponho que nós façamos a última de cada mês porque marcar na primeira é irrealista e cada um de nós poderá também preparara nossa vida tendo em conta essa data já marcada e evidentemente os que não puderem, que tiverem outros compromissos, obviamente que não podemos esperar que os cinquenta e nove Deputados estejam sempre disponíveis. Essa era a minha proposta se estiverem de



acordo. Agora queria só saber se é na quinta-feira, como temos vindo a fazer ou na sexta-feira ou ainda na segunda-feira, já que no meio da semana não me parece ser tão favorável.

Então eu vou pôr à votação a segunda, quinta e sexta-feira.

Quem é que vota pela segunda-feira? Três votos.

Quem é que vota na quinta-feira? Vinte e dois votos.

Quem é que vota na sexta-feira? Vinte e três votos.

E agora vamos fixar a hora, que já se percebeu que é nocturna, para as 20.00, 20.30 ou 21.00 horas. Mas chamo a atenção que é para iniciar a essa hora, desde que haja um número razoável de Deputados para funcionar. Naturalmente que não há deliberações sem a maioria, correndo ainda o risco de começarmos uma sessão, fazermos a discussão do período de “antes da ordem do dia” e depois não haver *quórum* para a ordem do dia.

Quem é que vota pelas 20.00 horas? Quatro votos.

Quem é que vota pelas 21.00 horas? Dez votos.

Quem é que vota pelas 20.30 horas? É a maioria.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria de votos obtidos, fixar a data de realização das sessões ordinárias na última sexta-feira do mês, com início às 20.30 horas;

Eu entretanto consultei a senhora Presidente da Câmara para saber quais os pontos agendados que possam ser adiados, sem prejuízo, e a senhora Presidente disse-me que, desde que sejam incluídos na próxima Assembleia extraordinária, os pontos n.ºs ,6,7,8 e 9 podem ser retirados agora. Alguém se opõe?

Então vamos apreciar o ponto n.º 3.

3. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01;



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Suponho que a senhora Presidente queira fazer alguma introdução? Não!

Alguém quer discutir estes dois relatórios? Não.

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade tomar conhecimento do Relatório de Actividades do Município e Relatório Financeiro.

Pretendem continuar os trabalhos?

Então vamos passar ao ponto n.º 6.

6. REGULAMENTO DO MERCADO DE VENDA POR GROSSO DO FALCÃO E REGULAMENTO DA ACTIVIDADE DE COMÉRCIO A RETALHO EXERCIDA DE FORMA NÃO SEDENTÁRIA (MERCADOS DE LEVANTE) – SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DA APLICAÇÃO DO ACRÉSCIMO DE 50% - Apreciação, discussão e votação;

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor Presidente deseja dar algum esclarecimento?

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente se me permitir, eu pedia à senhora Vereadora Neusa Magalhães para fazer o respectivo enquadramento.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Faça favor Senhora Vereadora.

VEREADORA DO PELOURO DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E AMBIENTE (NEUSA MAGALHÃES)

Boa noite.

Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados.

Trata-se da suspensão temporária de um acréscimo de 50%, relativamente ao atraso de pagamentos de ocupação de lugares, no Mercado de Venda por Grosso e no Mercado de Retalho, mais conhecido por Mercado do Levante, caso os vendedores não cumpram o direito de ocupação de cada lugar, até ao dia oito de cada mês.



Neste momento, os regulamentos destes dois mercados, impõem a aplicação deste acréscimo de 50%. Portanto, não estamos aqui a isentar de pagamento, estamos sim a propor a suspensão temporária desta penalização. E propomos por dois motivos: Primeiro, porque entendemos que a Câmara deve garantir as condições para a realização deste tipo de actividade, é uma actividade do ponto de vista local importante para o nosso concelho e portanto deve ser mantida. E depois porque a prática tem-nos vindo a mostrar que até os cumpridores estão a atrasar-se nos pagamentos. Portanto, a recessão económica também atinge esta actividade e a nossa proposta vai neste sentido, ou seja, é uma suspensão temporária do agravamento de 50%. Convém dizer ainda que têm mais dez dias, para além do dia oito, para fazerem o pagamento voluntário e é temporária esta suspensão enquanto esta situação económica se mantiver.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Se calhar valia a pena estipular aqui um prazo e depois se for necessário discutimos novamente. Não sei se quer sugerir algum prazo senhora Vereadora.

VEREADORA DO PELOURO DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E AMBIENTE (NEUSA MAGALHÃES)

Senhor Presidente, a intenção do Município é propor algumas alterações ao Regulamento destes dois mercados e provavelmente iremos propor a retirada deste acréscimo dos 50%. Definitivamente não fará muito sentido, no entanto até à alteração, propomos esta suspensão temporária.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Algum dos senhores Deputados quer discutir o assunto?

Vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída, delibera por unanimidade aprovar a suspensão temporária da aplicação do acréscimo de 50% previsto nos Regulamentos do Mercado de Venda por Grosso do Falcão e da Actividade de Comércio a Retalho exercida de forma não sedentária (mercados de levante).



7. PROTOCOLOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA – Apreciação, discussão e votação;

Alguém deseja intervir sobre este assunto ou pedir alguma explicação? Não.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída, delibera por unanimidade aprovar o presente Protocolo de Delegação de Competências na Junta de Freguesia de Parceiros.

8. CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA – PROPOSTA DE ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO – Apreciação, discussão e votação;

Alguém se deseja pronunciar sobre este assunto?

Faça favor senhor Deputado Pedro Biscaia.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Não vou defender a proposta por causa do tempo, obviamente, mas penso que a mesma será consensual.

PROPOSTA:

1 – Que na composição do Conselho Municipal de Segurança sejam incluídas instituições/entidades com acção relevante no domínio da Prevenção/Educação.

2 – Que nas competências do Conselho Municipal de Segurança seja inscrito o propósito de divulgar a carta de risco municipal e normas/procedimentos em caso de catástrofe, junto dos cidadãos, em particular junto de escolas, serviços públicos e empresas do Concelho de Leiria, em articulação com a Protecção Civil local e apresentando à Assembleia Municipal relatório anual dessa actividade.

É que a composição do Conselho Municipal de Segurança, tal como está proposto, tem uma visão, digamos, de intervenção social ou securitária. E a própria Câmara, por exemplo através do pelouro da Educação, tem inclusivamente protocolos com outras entidades, no domínio da prevenção, nomeadamente até aquele prémio internacional da mobilidade e segurança, a que a Câmara se candidatou, tem por base um destes protocolos. Ora, parece-me que este componente da prevenção na Segurança, que deve também ter representação neste órgão.



PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Eu concordo e a ideia está correcta, a questão é que nós devíamos objectivar, porque depois fica ao arbítrio de quem para chamar quem?

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

É que é referido aí no regulamento “Entidades de reconhecida idoneidade...”

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Não, o que diz aqui é “Os seguintes cidadãos de reconhecida idoneidade: um representante da cada grupo municipal com assento na Assembleia Municipal.” . São só estes .

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Posso fazer uma proposta concreta!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Eu compreendi perfeitamente, a minha dúvida é se nós ficamos com uma proposta em aberto, quem é que depois vai descobrir quais são as entidades, quais são as instituições.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Eu posso fazer uma proposta concreta, mas deixava em aberto. A proposta que eu tenho é porque já há trabalho feito com a Escola Secundária Afonso Lopes Vieira e propunha, por exemplo, que na base do trabalho já feito que houvesse essa possibilidade. Mas não ponho isso objectivamente. O que eu posso dizer é que, no Concelho de Leiria, tanto quanto sei, a entidade educativa que mais tem experiência e trabalho feito a nível da Prevenção e Segurança, é a Escola Secundária Afonso Lopes Vieira. E se for entendido, até pelo Vereador da Educação, que é uma boa proposta.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Deputado, eu acho que é delicada essa proposta. Porque é que é a Escola Afonso Lopes Vieira e não é outra qualquer?

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Porque é a que tem mais história e é a que tem protocolo celebrado com a Câmara!



PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Eu sei, mas continuo a achar delicado e é também essa sensibilidade que nós temos que gerir, porque depois todas as outras escolas acham-se no direito de também pertencer ao Conselho Municipal de Segurança.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

E em relação ao segundo ponto da proposta, que diz: “ *Que nas competências do Conselho Municipal de Segurança seja inscrito o propósito de divulgar a carta de risco municipal e normas/procedimentos em caso de catástrofe, junto dos cidadãos, em particular junto de escolas, serviços públicos e empresas do Concelho de Leiria, em articulação com a Protecção Civil local e apresentando à Assembleia Municipal relatório anual dessa actividade.*” .

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Eu entendo isso como uma recomendação a fazer ao Conselho Municipal de Segurança, para apresentar este propósito.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Sim, mas se bem entendi tem que ser inscrito nas competências.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Mas as competências estão designadas por lei, portanto isto deve ser uma recomendação.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor Deputado, relativamente à sua proposta, quer pô-la à votação ou não? Quer como recomendação? Sim senhor, fica então como recomendação.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente, agradeça que depois a Assembleia me fizesse chegar esse documento para eu apresentar ao Conselho Municipal de Segurança.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Não há mais ninguém para discutir o assunto, vamos votá-lo.

Quem vota contra?

Quem se abstém?



A Assembleia Municipal de Leiria A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é atribuída, delibera por unanimidade aprovar a proposta de alterações ao Regulamento do Conselho Municipal de Segurança



Fica então como ponto adicional, o ponto n.º 9 da ordem de trabalhos "Eleição de um representante das Freguesias no Conselho Municipal de Educação", que será apreciado e votado na próxima sessão.

Assim sendo, dou por terminados os trabalhos, agradeço a presença de todos e até à próxima sessão.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 02.00 horas, mandando que de tudo para constar, se lavrasse a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Administrativa Especialista, lavrei e subscrevo.-----

APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de 26 de Junho de 2006, deliberou por maioria, com quatro abstenções aprovar a acta .-----

O Presidente da Assembleia

Manuel de Jesus Antunes



A Assistente Administrativa Especialista

Teresa Paula Pinto